

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

HF = 10,0
DM

**A PÁTRIA EM CAMPO:
A SIMBIOSE ESPORTE PODER**

Roberto Flávio Gomes de Lima



Natal/1999/1998
1998

2

ROBERTO FLÁVIO GOMES DE LIMA



**A PÁTRIA EM CAMPO:
A SIMBIOSE ESPORTE PODER**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da Profª Denise Monteiro Mattos e co-orientação da Profª Fátima Martins.

Natal/1999

DEDICATÓRIA

Ausência Sentida

Ao amigo Michael Jackson*, que precocemente veio a abandonar os gramados da vida. Pois o *manager* Universal, em sua infinita sabedoria, assim o quis. Optando por desfalcá-lo do elenco terrestre, para poder reforçar o seu plantel celestial.

Estaremos aqui da geral, sempre torcendo por você. E temos a certeza, que aí das arquibancadas celestes, a recíproca também será verdadeira.

E mesmo sem podermos acompanhá-lo nesta nova jornada, esperamos que você possa gravar o seu nome nas estrelas, da mesma forma que o deixou registrado em nossas vidas.

E pode ficar tranqüi-lo, que mesmo ausente, a sua vaga de titular, estará sempre assegurada em nossos corações.

Nos vemos numa futura
Convocação Divina.

Até lá.

* Aluno do curso de História da UFRN, falecido no primeiro semestre de 1997.

AGRADECIMENTOS

F. O. W. J. 1.

A todo o corpo docente e discente do Departamento de História da UFRN, que ao longo de minha vida acadêmica, contribuíram, não apenas para a minha formação profissional e politização, mas acima de tudo, para o meu engrandecimento como ser humano.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I - BRASIL, PAÍS DO FUTEBOL: um momento de reflexão	10
1. Do “football” bretão ao futebol “tupiniquim”	10
<i>1.1. Educação X Futebol</i>	10
<i>1.2. A fase de incentivo</i>	13
2. Da pátria de chinelos à pátria de chuteiras	17
<i>2.1. A burocratização do futebol</i>	17
II – GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA: o retrato de um Brasil grande	23
1. Do Brasil potência ao Brasil falência	23
<i>1.1. Brasil real</i>	23
<i>1.2. Brasil virtual</i>	27
<i>1.3. E o milagre chegou</i>	28
<i>1.4. E o milagre se foi</i>	29
III – PRA FRENTE BRASIL: o governo entra em campo	31
1. As relações entre o futebol e o poder	31
<i>1.1. Futebol e integração social</i>	31
<i>1.2. A simbiose Esporte X Poder</i>	33
2. O Estado em campo	35
<i>2.1. Plano de ação</i>	35
<i>2.2. O futebol a serviço do Estado</i>	37
IV – VOCAÇÃO DE SER GRANDE: Enquanto isso no RN...	42
1. A criação de uma política desportiva	42
<i>1.1. Preliminares</i>	42
<i>1.2. A Era Castelão</i>	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
ANEXO	56
BIBLIOGRAFIA	59

INTRODUÇÃO

"A posteridade poderá saber que não deixamos pelo silêncio negligente, que as coisas se passassem como num sonho".

Richard Hoocker¹

Embora seja o futebol o esporte de maior popularidade em todo o mundo², e o fascínio e entusiasmo por ele exercido sobre o povo brasileiro sejam notórios internacionalmente; até o presente momento, muito pouco tem sido feito (e produzido), no sentido de tentar compreendê-lo e analisá-lo de uma maneira mais profunda e crítica. (RÓNAI, 1967; ZAMORA, 1969; LEVER, 1983; DIEGUEZ, 1985; HELAL, 1997)

Mário Filho em sua obra "O negro no futebol brasileiro", de 1947, já tecia o seguinte comentário a esse respeito: "*É de uma importância ainda não devidamente analisada a influência do esporte, sobretudo do futebol, na vida política no Brasil.*" (Apud CALDAS, 1994:78) Vinte anos mais tarde, Paulo Rónai (1967:15), alertava para o fato de que até aquele instante, a grande maioria das obras voltadas ao tema, limitavam-se ao gênero das crônicas³. Em 1969, Paulo Zamora voltaria a reafirmar o desinteresse reinante tanto pela produção, como pela leitura de obras do gênero. Eis que, trinta anos já se passaram, e este quadro encontra-se muito pouco alterado. A literatura futebolística, permanece sendo quase que, em sua totalidade, proveniente de trabalhos jornalísticos (biografias, crônicas, artigos, contos, etc.) voltados aos bastidores do esporte ou a trabalhos teóricos e técnicos, dirigidos a um público específico (técnicos, árbitros, atletas, etc.).

As Ciências Sociais de uma maneira geral, pouco se interessaram em desvendar as nuances desse esporte. Suas conseqüências sociais, seu impacto político, econômico e cultural, permanecem ainda inexplorados. Os poucos que se aventuraram por esses caminhos, geralmente produziram suas análises e conclusões baseadas apenas na "*especulação de*

¹ Apud VOGELIN, Eric. *A Nova ciência política*, 1982. p.1.

² A FIFA (Fédération Internationale de Football Association), organização mentora do futebol mundial, possui mais países afiliados do que a ONU (Organização das Nações Unidas). (BALLOUSIER, 1995:11; SALDANHA, 1971:57)

³ Não pretendemos aqui minimizar o valor dos trabalhos jornalísticos e das crônicas esportivas, muito pelo contrário, pois estes trabalhos são de uma relevância básica, podendo ser utilizados como referencial e material de análise para estudos mais objetivos, críticos e sistemáticos sobre o fenômeno em questão.

poltrona.” (LEVER, 1983:45) Ou seja, baseadas em suas observações pessoais, com pouco ou nenhum suporte empírico. (LEVER, 1983:45; HELAL, 1997:26-27)

É portanto incompreensível, ao nosso ver, que em uma nação que se autoproclama “país do futebol”, o “esporte das multidões” continue à margem de uma produção científica séria. A tal ponto, que as principais obras científicas com respaldo acadêmico, sobre o tema, ~~serem~~ ^{são} de autoria de sociólogos norte-americanos: Betty Milan, Robert M. Levine e Janet Lever⁴.

Diante disto, e por entendemos que Lever apresenta a abordagem mais sensata e coerente entre os três – sendo inclusive, a única com base empírica⁵ -, e por ainda englobar o mesmo corte temporal de nosso estudo, optamos por sua convocação para integrar o nosso referencial teórico.

E no tocante ao RN, o nosso estado reflete muito bem esse quadro, pois faltam fontes de consulta e inexistem trabalhos que possam ser qualificados de fato, como “científicos”.

Torna-se essencial, portanto, que o primeiro passo seja dado em busca da reversão de tal situação. Pretendemos então, contribuir para a formação de uma produção historiográfica em nosso estado, à altura de sua prática desportiva. É com este intuito que promovemos a realização desse trabalho intitulado, sugestivamente de “A pátria em campo” – alusivo ao estado de espírito que toma conta da nação em épocas de Copas do Mundo.

A base de inspiração para o nosso corte temporal foi a década de 70, especificamente, o governo Médici. Propomo-nos a estudar o fenômeno esporte-poder, que marcou o período, ressaltando a importância que este esporte teve dentro da política

⁴ Milan (1989:1), opta por um discurso apolítico ao futebol, afirmando ser este o único esporte que faz juz as palavras democracia e ética. Pois, perante ele, todos são iguais: ainda que desiguais perante as leis; Levine, diverge completamente de Milan. Segundo ele, o futebol é o “ópio do povo brasileiro”. Um “...instrumento da classe dominante para manipular as massas como forma de sublimar a miséria e as desventuras da pobreza, através do sucesso meteórico da conquista de um campeonato doméstico ou internacional.” (Apud CALDAS, 1994:45) Lever (1983), por sua vez, apresenta uma visão intermediária entre esses dois extremos. Para ela, o futebol é um forte instrumento de coesão social, uma poderosa fonte estrutural e cultural de integração social do país. E onde impera uma instigante relação simbiótica entre o esporte e os governantes.

⁵ Lever visitou o Brasil por quatro vezes, entre 1967 e 1973, assistiu mais de 50 partidas de futebol, entrevistou diversos atletas (inclusive, Pelé), árbitros, cronistas esportivos, dirigentes, políticos e torcedores anônimos – além de pesquisar reportagens de jornais, registro de público, arquivos de sócios de clubes e relatórios financeiros. Na sua opinião, o fato de ser mulher (e norte americana), propiciaram inúmeras vantagens à sua pesquisa, pois os dirigentes de clubes permitiam a sua presença em reuniões e discutiam livremente na sua presença, sobre suborno de árbitros e jogadores adversários – subestimando o seu domínio sobre o idioma.

governamental. Sendo inclusive, utilizado como elemento promocional do governo, para dar cores vivas a virtualidade do “Brasil grande” e do falso “milagre econômico”, e encobrir as mazelas sociais, a repressão e a tortura, presentes no Brasil real. É ainda durante este período, também marcado pelas construções faraônicas, que se estimulou a criação e ampliação de estádios por todo o país.

Portanto, em termos gerais, o nosso objetivo é o de contribuir para uma historiografia crítica do futebol – inclusive, como referencial para futuros trabalhos –, e em um nível mais particular, pretendemos, dentro deste contexto histórico, demonstrar como se deu a apropriação deste esporte a nível nacional, e perceber até que ponto esse processo conseguiu perpassar na sociedade local. Teria o Rio Grande do Norte, caminhado de forma paralela e linear nesta política-esportiva-estatal, seguindo os ditames do Governo Federal, ou teria construído uma caminhada própria e distinta dos grandes centros urbanos do país?

Com o intuito de apresentarmos respostas (ainda que parciais) a estas e a outras indagações ainda hoje pertinentes, e que permanecem envoltas por uma aura mítica, fantasiosa e especulativa - proveniente da alienação das fontes ou de seus próprios intérpretes -, nos debruçamos sobre a análise de fontes bibliográficas, buscando principalmente, evidências que comprovassem, a posição do futebol enquanto instrumento de transmissão, sustentação e reprodução do poder estatal brasileiro. Já em âmbito local, as inúmeras adversidades encontradas, impediram-nos de proceder um maior aprofundamento sobre o tema, achando-se esse estudo realizado apenas em parte.

Frustrou-se, infelizmente, o nosso acesso a certos documentos que encontravam-se no Arquivo Público do Estado (por motivos de ordem administrativa). Nossa falta neste particular, é suprida graças a obra **Os esportes em Natal** do jornalista Procópio Neto. Pois a mesma é dotada de várias fontes primárias (estatutos, atas, leis e regulamentos) – algumas compiladas literalmente pelo autor -, e a análise e interpretação destas, nos propiciaram subsídios significativos para a reconstrução e interpretação do panorama esportivo potiguar dentro do corte temporal anteriormente citado. Municiados dessas informações, partimos para

o manuseio dos periódicos locais, em busca de evidências de uma política esportiva em nosso estado⁶.

Uma vez fixado o referencial teórico, a metodologia de trabalho e as fontes utilizadas, dirigimos nossas ações então, no sentido de apresentarmos a composição do trabalho.

No primeiro momento, procuramos apresentar de forma sucinta, um breve histórico político do futebol, até meados da década de 70. A seguir, contextualizamos o momento político, econômico e social do governo Médici, para podermos compreender, quando e por quê, se deu essa apropriação do futebol pelo Estado brasileiro. No momento seguinte são apontadas as evidências desta relação esporte-poder. E no último capítulo, voltaremos nossas atenções a realidade potiguar. Finalmente, nas considerações finais, resumiremos nossas "descobertas" e/ou conclusões sobre o assunto⁷.

Esperamos que esse estudo possa vir a responder a algumas das inúmeras indagações sobre os erros e acertos desse esporte. Dirigimo-nos a todo aquele que não deseja ignorar o que se passa dentro do mundo desportivo, e que pretende contemplá-lo e compreendê-lo por um novo prisma, distinto dos paradigmas da crônica esportiva. Pretendemos por meio desse desprezioso trabalho, auxiliarmos de alguma forma para o preenchimento desse hiato em nossa bibliografia.

⁶ Para tanto, analisamos as colunas esportivas e políticas dos jornais, Tribuna do Norte, Diário de Natal e A República, durante os meses que sucederam e procederam a construção do estádio "Castelão", assim como a revista RN Econômico, (período 1970-1973)

⁷ Visando facilitar o trabalho de futuros pesquisadores, curiosos, ou simplesmente, amantes da tema, produzimos um catálogo bibliográfico (excluindo-se as obras de cunho teórico e técnico) - ver ANEXO.

I - BRASIL, PAÍS DO FUTEBOL: Um momento de Reflexão

*"Os povos gostam de espetáculo; através dele,
dominamos seu espírito e seu caráter"¹*

Luis XIV

1. Do Football "Bretão" ao Futebol "Tupiquiniquinim"

1.1 - Educação X Futebol

Contrariando a máxima futebolística de que o "futebol não se aprende na escola" - alusiva ao fato de ser o talento, algo inerente ao atleta -, a gênese deste esporte, vai de encontro a tal perspectiva.

Sua origem moderna remonta à Inglaterra do século passado, época na qual, era tido como uma atividade brutal e marginal, sendo coibida pelos governantes e perseguida pelas autoridades (GONÇALVES, 1985:21; BALLOUSIER, 1995: 9; SALDANHA, 1971 : 12-13; GALEANO, 1997:25-26). Contudo, após a revolução industrial, com a inclusão dos jovens de classe média às *publics schools*² antes restritas apenas a nobreza, isso viria a mudar.

Visando "apaziguar" os ânimos de vários jovens reformistas, oriundos da burguesia, o Estado imprimiu uma reformulação urgente no sistema de ensino - sob a tutela de Thomas Arnold³ (BALLOUSIER, 1995: 9. SILVA, NUNES, 1985: 41-70; PEREIRA, 1980: 9). Dessa feita, o futebol fora introduzido, juntamente com outros esportes, à educação regular dos jovens ingleses. Segundo Ballousier (1995:9), isso "... interessava ao conservadorismo da época vitoriana, que os jovens descarregassem suas energias em atividades físicas e não em práticas condenáveis, entre as quais se incluíam manifestações políticas de cunho reformista." (grifos nossos) O futebol-esporte, já surgia assim, como um forte "instrumento pedagógico", utilizado de forma conveniente e consciente, para "canalizar

¹ Apud SCHWARTZEMBERG, Roger Gérard. O Estado espetáculo. 1978. p.245.

² Ao contrário do que o nome sugere, eram colégios particulares (BRESSAN, 1998: 66).

³ A "revolução esportiva", idealizada por Arnold, não visava apenas a normatização dos jogos, mas dar-lhes fundamentação ética, introduzindo nestes, normas de comportamento (PEREIRA, 1980: 9).

* Periodizar a coerência!
A que Tiv. Juiz + mil se refere?

energias excedentes" em atividades físicas, codificadas e "sadias" (NUNES, 1985:70), capazes de promover a despolitização de seus praticantes.

Uma vez formalizado e normatizado em 1863⁴, e já gozando de certa popularidade, o futebol salta das quadras e ginásios das escolas e universidades, para o centro dos pátios das fábricas. Afinal de contas, era ali, naquele momento, que o seu eficiente "método pedagógico" (adestrador e despolitizador), se fazia necessário, perante os "nocivos" movimentos sindicalistas e levantes grevistas, que ameaçavam a produção das indústrias. O futebol a partir de então, abandonaria o seu caráter de "*recreação aristocrática*", para toma-se *... uma válvula de escape recreativa para as massas urbanas.*" (LEVER, 1983: 61)

Com o ingresso gradual das camadas populares neste esporte, a elite sentindo-se desprestigiada com tamanha afronta, resolve abandoná-lo, passando a dedicar-se à outras modalidades esportivas (tênis, golfe) ou a variações mais "nobres" do futebol - hóquei, polo aquático (HOBSBAWN, 1984: 307). Esta maior participação popular, traria mais tarde outras seqüelas. Como foi o caso da cisão do futebol britânico, entre os adeptos da "pureza do amadorismo" - os filhos da elite - e os que defendiam o seu profissionalismo - o operário-jogador (LEVER, 1983: 62). Não trataremos aqui desse problema, embora retornemos a ele, futuramente, quando nos referirmos ao caso brasileiro.

O que deve ser ressaltado até o presente momento é o fato de que, o futebol moderno, tal como o conhecemos hoje, é fruto de uma intervenção estatal na educação, e que posteriormente, segundo Lever (1983:60) "*... O auge da popularidade do jogo na Inglaterra coincidiu com os anos de predomínio marítimo, industrial e imperial britânico.*" O que proporcionou, sem dúvida alguma, a sua rápida disseminação pela Europa e América Latina. Em todas partes em que a Inglaterra atuava ou comercializava, o futebol foi introduzido, utilizando para isso os mais diversos meios de difusão⁵.

E foi dessa forma que ele se implantou firmemente na Argentina, em 1860, no Uruguai, em 1881, no Chile, em 1882, e finalmente, no Brasil, em 1894⁶ (CRUZ, 1998: 159).

⁴ Nesta data fora fundada a Football Association - órgão que ainda hoje dirige o futebol inglês - com o intuito de organizar e uniformizar as regras do jogo.

⁵ Soldados britânicos durante a 1ª Guerra Mundial; marinheiros mercantes, que exportavam o jogo às cidades portuárias do mundo; engenheiros e gerentes de fábricas têxteis e férreas; funcionários de embaixadas; clérigos; e jovens estrangeiros, que estudavam em escolas e universidades inglesas.

⁶ A data em questão, é a do retorno de Charles Miller - funcionário da Mala Real Inglesa e filho do cônsul britânico, radicado em São Paulo - ao Brasil. A primeira partida oficial, só ocorreria no ano seguinte.

Entretanto a assimilação do “novo esporte” pelas “colônias britânicas”(CRUZ, 1998), não ocorrerá de forma imediata, chegando inclusive, a princípio, a ser discriminado pelos nativos, sendo rotulado- como “coisa de gringos” (CRUZ, 1998: 158) ou como um “*jogo de loucos*.”(GALEANO, 1997:31) Mas, numa época em que tudo o que era importado da Europa - idéias, costumes, estilo de vida, etc. - , especialmente, da França e Inglaterra, era cultuado, louvado e/ou imitado, era natural que tal resistência não perdurasse por muito tempo. Principalmente, após o retorno dos jovens aristocratas de seus estudos no exterior, onde já haviam se familiarizado, com este, que já se tomará um “modismo europeu”, e portanto, digno de idolatria e de plágio. O depoimento de José A. Alfonso, um dos impulsionadores do futebol chileno, ilustra muito bem, o que parecia ser o “lugar comum” das elites sulamericanas, do final do século XIX:

... Nuestro juegos nacionales nada valem en comparación de los clásicos juegos ingleses, 'football' 'cricket', etc. Están estes últimos admirablemente dispuestos para que, mediante ellas, surjam lozanas en los jóvenes no solamente condiciones de viribilidad física, sino también cualidades morales inapreciables. (CRUZ, 1998: 159)

O caráter inicial da introdução do futebol em nosso país, portanto, seguiu o mesmo padrão comum de seus “hermanos” sulamericanos. Podendo ser associado ao de um “*produto de importação*”, segundo Lopes (1994:69):

...materializado seja por intermédio das empresas inglesas instaladas no país (com seus engenheiros, seus técnicos que trazem não somente sua tecnologia mas também seu estilo de vida, seus lazeres, assim como a moral do esporte) seja pela mediação indireta dos ingleses exercida através das viagens da alta burguesia brasileira à Europa, dos estudos de seus filhos em colégios europeus onde se joga futebol.

Antes de adentrarmos no caso específico do Brasil, devemos esclarecer, que seguimos a classificação adotada por José E. Gonçalves (1985:23), na qual, as relações do estado brasileiro com o futebol, podem ser compreendidas em 3 fases: O “*incentivo*”, durante a República Velha; a “*participação organizacional-burocrática*”, no Estado Novo; e a “*militarização*”, a partir de 1969⁷. De posse dela, poderemos discorrer melhor sobre o tema, apontando as peculiaridades de cada uma destas etapas.

Oficiosamente, existem registros de sua prática no país em datas anteriores a esta – desde 1860 (PEDROSA 1968: 132-133. MAZZONI, 1950:7).

⁷ Abordaremos neste capítulo, os dois primeiros itens, deixando o último, para um momento mais oportuno. ✓

1.2- A fase de incentivo

O interesse e incentivo pelo desporto de maneira geral, por parte do Estado, entretanto, é bem anterior a República. Desde os meados da década de 1850, a intelectualidade brasileira, sob a "... influência do espírito da época, que considerava a atividade física como um dos pilares da atividade intelectual"(PEREIRA, 1981:40) defendeu, sem a obtenção de êxito, a introdução e regulamentação da Educação Física no país. Em 1882, o Estado, por intermédio de Rui Barbosa, "*O Paladino da Educação Física*"(MARINHO, 19--:27) - então presidente da comissão de ensino - , tentou imprimir uma reformulação nos currículos dos ensinos superior, secundário e primário, visando a implantação nestes de práticas de atividades físicas - sob as formas de ginástica, desportos ou exercícios militares. Tal iniciativa também não alcançaria os efeitos desejados. E mesmo contando com a participação do próprio imperador, D. Pedro II, os pareceres de Rui Barbosa⁸ não conseguiram persuadir a população brasileira a praticar exercícios físicos de forma sistemática. Por ironia, a introdução efetiva do esporte no país, caberia ao esforço e interesse pessoal de certos cidadãos e comunidades, que triunfariam onde a ação estatal falhara anteriormente.

Segundo Lamartine Pereira (1980:44), "... o esporte nacional, com esta denominação e com as regras que o caracteriza, nasceu no remo por ser esta modalidade representativa da 'revolução esportiva' brasileira".⁹ E fora a primeira manifestação esportiva, a ser digna de registro em periódicos locais, em 1896 - embora fosse praticado desde o império (1850). Com a proclamação da República, tomou-se , "... o desporto que dominou a mocidade brasileira"(MARINHO, 19--:42), e, que, por intermédio de suas regatas, propiciou a uma elite, auspiciosa por celebrações, várias festividades sociais - o que em certo ponto, acabou contribuindo para o seu avançado desenvolvimento a época, inclusive, em relação à Europa (PEREIRA, 1980. 42).

Quando o futebol aparece no cenário nacional, fruto de várias iniciativas simultâneas, nos estados de São Paulo (1895), Rio de Janeiro (1897), Rio Grande de Sul

⁸ Ver MARINHO, Inczil Penna. *História da Educação no Brasil*. 19--. p. 28.

⁹ Neste ponto, discordamos de Pereira, no tocante ao sentido em que ele emprega o uso do termo "revolução esportiva", para definir o caso brasileiro. Pois entendemos que a "revolução" brasileira, é de uma natureza totalmente distinta da versão inglesa, tomando-se assim inadequada o uso desta expressão. No caso britânico, o estímulo ao desporto foi proveniente de uma intervenção estatal com objetivos bem definidos. Já o mesmo não ocorreu no Brasil. Aqui, a "febre" pelos esportes (e pelos elementos que estes envolviam) fora promovida pela elite ou por comunidades de imigrantes - sendo portanto, uma manifestação espontânea da sociedade.

(1900), Bahia(1901), Pernambuco(1903) e Minas Gerais (1904) (PEREIRA, 1980: 44; PLACAR, 1997: 67; SALDANHA, 1971:45), logo tornou-se o segundo esporte da 1ª classe do país. E, da mesma forma que o remo, ao ser incorporado pela elite, foi, logo transformado em um evento social. Enquanto manteve-se fino e aristocrático, a sociedade estimulou seu nobre cultivo em seu seio: colégios grã-finos do Rio e São Paulo tornaram-no uma forma de recreação escolar. E em 1898, o *Mackenzie College*, formava a primeira equipe predominantemente brasileira. (HELAL, 1997:45; CORREA, 1985: 34)

Por ser um esporte de elite, que proporcionava *status*, vários pais de alunos passaram a pressionar as escolas, afim de incluírem-no entre as modalidades esportivas. Introduzindo desse modo nos currículos escolares dos colégios de orientação religiosa e militar, o futebol começou a popularizar-se (CORREA, 1985: 35).

Um fenômeno semelhante ocorreria nas fábricas têxteis e companhias férreas, que, ao transformarem os seus operários de “sujeitos passivos” à “agentes ativos”¹⁰(GONÇALVES, 1985:21-22), acabaram dando origem aos chamados times de várzeas. O *The Bangu Athletic* foi um pioneiro neste movimento de incorporação popular. Fundado em 1904, oriundo de uma empresa têxtil dirigida por ingleses, teve em sua primeira formação a presença de dois brasileiros. Paulatinamente, esse número se reverteria, até a sua formação ser composta exclusivamente por operários - foi ainda a primeira equipe a aceitar negros em seu plantel. (ANTUNES, 1994: 103-109).

Sendo dotado de um conjunto de regras de fácil assimilação e sendo um esporte praticado em espaços abertos, logo despertou a curiosidade e/ou o interesse popular em seu favor. E não seriam a falta de acesso aos seus equipamentos importados e/ou aos clubes grã-finos que viriam a representar um empecilho, de fato, à sua prática. A improvisação e a criatividade do povo brasileiro entrariam em campo, transformando as ruas, as praias e os terrenos baldios, em seus estádios e as bolas de meia, de borracha, ou de bexiga de boi, em suas pelotas de couro.

¹⁰ Em seus primeiros anos, na ausência de um público mais espontâneo para assistir as partidas entre as fábricas inglesas, cada empresa levava seus próprios “funcionários-torcedores” para engrossar às fileiras da platéia (GONÇALVES, 1985: 22). Mais tarde para suprir as ausências, que esporadicamente ocorriam, os operários começaram a ser paulatinamente, incorporados às equipes. Surgia assim, uma nova característica de funcionário: o “operário-jogador” (CALDAS, 1994: 43; LOPES, 1998:128), que tinha no futebol, uma atividade paralela ao emprego da fábrica, a esperança de ascensão profissional e a possibilidade de gozar de outras regalias.

Os *teams* formados por jogadores brancos e ricos, reagiram de imediato, a crescente proliferação de equipes constituídas por negros, mulatos e pobres. Em 1915, a Liga Metropolitana Paulista de Sports Athléticos, promoveu uma campanha destinada a combater o ingresso de populares (HERSCHMANN e LERNER, 1944:53). Desgostosos muitos estudantes ricos, voltaram-se para outros esportes finos, como o remo e a equitação - seguindo a tendência britânica (LERVER, 1983:52-53). Em algumas cidades como São Paulo, chegaram a ser criadas duas ligas: uma para negros e outra para brancos (GONÇALVES, 1985: 23).

Evidencia-se, portanto, que, na medida em que popularizava-se, o futebol caminhou em direção ao retorno de seu antigo estigma social marginal, que o acompanhara ao longo dos séculos XVII a XIX, em sua fase de mass-football (SALDANHA, 1971: 12-15, PEREIRA, 1980:18) ou mob-football¹¹ (PEDROSA, 1968: 132). E nem mesmo o selecionado nacional conseguiu sair ileso ao preconceito e discriminação, que nortearam esse processo de transição.¹² De um artigo fino, sinônimo de status social, o futebol fora rebaixado à 2ª divisão dos esportes nacionais. Passando a encabeçar a lista de lazeres marginais, ao lado do Jogo do Bicho, da Briga-de-Galo e da Capoeira (HERSCHMANN e LERNER, 1994: 50).

Apesar disso, segundo José Rufino dos Santos, será nesse período, durante as greves operárias que eclodiriam no país entre 1917-1918, que ocorreu a primeira intervenção direta e significativa do estado sobre o futebol:

"A greve de 1917 que chegou a paralisar dezenas de milhares de operários, fez valer às autoridades e aos industriais que a cidade precisava de um esporte de massas. Como a uma criança que se manda brincar "Para queimar energias", os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir grounds; a polícia parou de reprimir os rachas em terrenos baldios; os castigos aos estudantes das escolas públicas que fossem pegos jogando futebol suspensos." (Apud GONÇALVES, 1985: 22)

¹¹ O "futebol das multidões" (mob-football), trata-se na verdade de uma variante mais brutal do "futebol massa", já sendo realizado desde o século XIV, na Inglaterra. Enquanto este último (mass-football), por sua vez, difere da versão moderna, basicamente, pela flexibilidade de suas regras e por não existir limites precisos, no tocante, ao número de jogadores e as dimensões do campo de jogo.

¹² Em 1916, a seleção fora impedida de embarcar num navio de diplomatas, que tinha como destino comum a Argentina. O "Paladino do desporto" (Rui Barbosa), chefiava a comitiva e recusou-se a viajar ao lado de uma "corja de malandros". Pois segundo ele, "futebolista" era "sinônimo de vagabundo". Como resultado, a equipe que representava o país em um torneio, fora obrigada a rumar de trem para Buenos Aires (BALLOVSLER, 1995: 10). Outro episódio inusitado, ocorreu em 1921, quando o então presidente da República, Epiácio Pessoa,

Os políticos conscientes deste potencial, nada lúdico, do esporte, passariam a partir de então, a vislumbrá-lo de uma forma mais segura e "generosa".

Washington Luiz - ainda quando prefeito paulista -, sabiamente foi um dos primeiros políticos a utilizar o esporte como forma de autopromoção, encarnando a figura do "desportista" (SEVCENKO, 1992:54-55). A partir dele, é que, " .. *os líderes políticos foram aprendendo a estimular e a tentar tirar proveito desses momentos de catarse e união nacional espontânea, procurando convertê-los em legitimação emocional em seus próprios projetos políticos.*" (SEVCENKO, 1994:36-37) E o momento propício para tanto, surgiria durante as décadas de 20 e 30, quando esta relação simbiótica, entre o esporte e a política, chegaria a seu ápice.

Enquanto no plano esportivo, graças às conquistas dos campeonatos sulamericanos de seleções, em 1919 e 1922 (ambos realizados no Rio de Janeiro), o futebol viria a ratificar a sua condição de primeiro esporte nacional; no plano político, seria palco de inúmeros impasses, dentre eles, o mais grave seria a cisão amadorismo "versus" profissionalismo.

De 1895 até 1932, o futebol, embora viesse gradualmente sendo incorporado pelas minorias, manteve seu caráter predominantemente amador e elitista: os jogadores participavam por prazer, e a manutenção dos times era proveniente de doações regulares ou voluntárias de sócios. A partir de 1915, com a inclusão de uma nova categoria de atleta, o "jogador-operário," isso viria a mudar. Pois este não poderia dedicar-se integralmente ao esporte, tão pouco, abster-se de alguma remuneração. A necessidade de arrecadar fundos para a manutenção desses "novos atletas" e o custeio do material esportivo, que deixou de ser doado, levaram os clubes a cobrar ingressos aos torcedores em 1917. Tinha início, assim a fase do "*profissionalismo(ou amadorismo) marron*" (HELAL, 1997:46; CALDAS, 1994:44), onde os "craques", geralmente oriundos de camadas menos favorecidas, eram remuneradas de forma ilegal. Pois, segundo Caldas:

"...A popularidade cada vez maior, do futebol obrigava, politicamente, os diretores dos clubes a correrem atrás de bons jogadores. Só assim, e às custas de seguidas vitórias, alguns poderiam manter sua autoridade política no clube e pensar em sua ascensão no quadro político nacional." (Apud HELAL, 1997:47)

"baixou um decreto de brancura" impedindo que jogadores "de pele morena" fossem convocados para participar do sulamericano daquele ano. A alegação: "por razões de prestígio pátrio" (GALEANO, 1997: 48).

A divergência criada pela ambigüidade sobre qual dos sistemas deveria prevalecer, dividiu clubes e dirigentes, em duas diferentes facções: uma ala (os progressistas) era favorável ao profissionalismo, contando, inclusive, com o apoio de parte da imprensa, em especial da recém-criada crônica esportiva - que tinha em Mário Filho, seu maior porta-voz -, enquanto outra (os conservadores), defendia a manutenção do amadorismo. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que poderia ter sido uma mediadora neste impasse, preferiu fazer o jogo dos clubes elitistas, apoiando a conservação do amadorismo (HELAL, 1997:46-50; CALDAS, 1994: 44-45).

A resistência à implantação do profissionalismo oficial, acabou por ocasionar o êxodo de jogadores ao exterior.¹³ Insatisfeitos com a situação de semiprofissionalismo existente no país, estes rumaram em busca de mercados de trabalho mais prósperos. Segundo Helal (1997:49), embora, no início dos anos 30, o futebol já se apresenta-se como "*a principal fonte de lazer do país...A base organizacional deste esporte mostrava-se, no entanto, inadequada para competir com o seu rápido desenvolvimento.*" Apesar da gravidade da situação "progressistas" e "conservadores", permaneciam irredutíveis em suas posições. Tornando a viabilização de um acordo entre eles, algo impossível.

Os dirigentes de clubes, geralmente políticos profissionais, encontravam-se numa encruzilhada. Caso apoiassem o profissionalismo, perderiam o apoio de parte da elite que não o desejava; em contra partida, tornariam sua imagem simpática, perante a grande massa de seus "eleitores-torcedores". A solução para esse dilema não partiria da cartolagem, muito menos, de uma ação promovida pelo "presidente-desportista", Washington Luís. Embora, esta, tenha de fato surgido dentro do Palácio do Catete, caberia ao "Pai dos Pobres", a honra de dar um basta nessa questão.

Com Vargas, inicia-se uma nova era para o desporto nacional: o da orientação governamental. Logo ao assumir o poder, depois do bem sucedido "golpe de 1930", Vargas apresentou o seu projeto de governo, intitulado, "Programa de Reconstrução Nacional". Este, era composto de 16 itens, no qual o 15º referia-se necessidade de se "*...instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado*

¹³ Em 1931, ocorreu a chamada "*invasão italiana*", quando 39 dos melhores atletas do país, rumaram à Itália. No ano seguinte, uma nova leva de jogadores partiram para a Argentina e Uruguai, que devido à proximidade geográfica, se tomariam os destinos mais frequentes das futuras migrações (HELAL, 1997:49).

urbano e rural" (CALDAS, 1994:45). Assim sendo, entre os anos de 1930 e 1936, sua Legislação Social e Trabalhista, viria a regulamentar algumas profissões, até então, nunca cogitadas como tais - dentre elas, a de jogador de futebol. Dessa feita, é que em 1935, se implantou definitivamente o sistema profissional no futebol brasileiro,¹⁴ Liquidando as pretensões dos cartolas conservadores. X

2 . Da pátria de Chinelos à pátria de Chuteiras

2.1 – A burocratização do futebol

Depois de instituído o profissionalismo, será durante o Estado Novo (1937-1945), que serão lançadas as bases da identificação da seleção brasileira com a “*pátria de chuteiras*” (RODRIGUES, 1994). Já no Mundial de 1938, na França, podemos perceber uma “maior atenção” à seleção brasileira, quando o “...*Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, deu ordens expressas à embaixada do Brasil em Paris, para oferecer todo apoio a seleção da CBD, então dirigida pelo seu irmão, Luis Aranha*”(GONÇALVES, 1985: 23), - um fato inédito, até então.

Mas a cartada decisiva do Estado, viria no ano de 1941. Quando este já começara a sentir a necessidade de organizar os desportos no país, disciplinando-o e racionalizando-o. Para suprir esse “nobre anseio” estatal, surgiu o decreto-lei nº 3.199 (de 14 de abril de 1941), que regulamentava a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND)¹⁵, e que em seu artigo 1º, definia que: “...*Fica instituído no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional dos Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país*” (MARINHO, 1980: 61). 1941, é portanto, considerado o “ano da organização legal do esporte brasileiro” (PEREIRA, 1980:45).

¹⁴ Porém a cisão entre amadores e profissionais perduraria até 1937, quando a CBD passaria a reconhecer oficialmente o regime profissional. Nesse *interim*, os clubes profissionais criaram a FBF (Federação Brasileira de Futebol), desfilhada da Confederação Brasileira de Desportos.

¹⁵ Até 1988 (quando foi extinto pela Constituição brasileira), o CND, embora na teoria fosse apenas uma entidade normativa que ditava as leis dos desportos, na prática, era na verdade uma “...*entidade executiva, tendo poder de intervenção nas federações e clubes sempre que julgasse necessário*” – arbitrariamente (HELAL, 1997:51). Especificamente, durante o Estado Novo, promoveu uma intervenção organizacional e burocrática nas associações esportivas do país: ditando o modelo dos estatutos que deveria ser acatado pelos clubes. As “ligas classistas” surgiram nesse período. “...*organizando torneios inter-empresas que se transformaram em espetáculos de propaganda governamental*”. (ANTUNES, 1994: 105)

A partir de então, os clubes de futebol se viram incorporados (involuntariamente) ao Governo Federal, como parte do programa centralizador de Vargas. No entanto o CND era uma entidade governamental sem nenhuma identificação com os clubes, “...na verdade sua missão servia aos interesses políticos do governo.” (HELAL, 1997:51)

Vargas reconheceria no esporte, e em especial, no futebol, o seu forte apelo popular, passando então a utilizá-lo como um meio de comunicação de massa e com objetivo de unidade nacional. O futebol passava a ser uma nova forma de comunicação com as classes populares e um novo estilo de fazer política por outros meios. Não fora por acaso, que:

... As maiores intervenções públicas de Vargas dirigidas aos trabalhadores, aproveitando a popularidade adquirida pelo futebol nos anos 30, aconteceram no estádio de São Januário, do Vasco da Gama... É ali que a adoção do salário mínimo é anunciada em 1940, ou a criação das leis do trabalho em 1943. O futebol aparece assim como o pano de fundo de um ritual de encenação particular das relações entre poder e o povo. (LOPES, 1994:77)

Dentre aqueles que podemos considerar como colaboradores (ou conselheiros) de Vargas, o “Pai dos Boleros”, destaca-se o nome do sociólogo João Lyra Filho, que em sua obra Introdução à Sociologia dos Desportos, confessa ter sugerido ao Presidente, durante um jogo entre as seleções do Brasil e Uruguai (em São Januário), que aquela era a oportunidade propícia para ele executar a iminente reforma ministerial por ele pleiteada. Pois naquele momento, segundo Lyra Filho, a formação da seleção, no entendimento popular, importaria mais do que a de ministros. À sua intervenção, Vargas responderia com o seguinte comentário:

“...O chefe de Polícia já me fez observações parecidas. A ordem pública dorme nos dias dos grandes jogos de futebol: os bordéis entram em maré-vazante, os botequins ficam as moscas e o entusiasmo no estádio leva os próprios comunistas a se confraternizarem com os integralistas, entre abraços efusivos, se há gol nacional.” (LYRA FILHO, 1973:103)

E Vargas acolheria esta “filosofia” de Lyra Filho – tanto que o tornaria presidente do CND por vários anos (MARINHO, 1980:61).

A contribuição dos meios de comunicação foi também um fator preponderante para a consolidação e êxito, desse projeto de intervenção estatal, sobre o futebol. Com o surgimento na imprensa escrita de uma crônica esportiva aos moldes da atual (em meados da década de 30), fora dado o primeiro passo importante, para a libertação do estigma marginal desse esporte. Conscientes de que a abertura da prática do futebol às classes populares

resultaria conseqüentemente na ampliação de seu público consumidor, os cronistas tendo na figura de Mário Filho¹⁶ seu maior representante, defenderiam com todo afincamento a implantação do profissionalismo e sua conseqüente popularização. Mas isso nada se compara a dimensão alcançada pela ação e repercussão das mensagens simbólicas vinculadas ao rádio, pela máquina de propaganda do governo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – criado em 1939.

As ondas do rádio que a partir de 1938, contribuíram para a multiplicação da paixão popular pelo futebol, também se tornaria um forte instrumento de manipulação das massas. Com o rádio, a figura dos ídolos esportivos, são consolidados e perpetuados. E “... *o poder precisa de ídolos para sobreviver*” pois eles são sua segurança e garantia de perpetuação. Ciente disto, é que segundo Freitas Filho (1985:58) “... *o jornalista esportivo trata com extrema habilidade a questão do ídolo porque é através dele que consegue passar todo um conjunto de valores padronizados que tem por finalidade 'narcotizar' as massas*”. E o DIP, habilmente se valerá das coberturas de rádio esportivo, como recurso para viabilizar a primeira exploração da figura de um ídolo pela máquina do poder e Leônidas da Silva, fora o escolhido. Numa de suas entrevistas, deu o seguinte depoimento: “*Graças a Deus, em qualquer parte do território nacional, mercê do Estado Novo, que tanto tem felicitado o Brasil vive-se já num ambiente de inteira liberdade e às claras.*”(GONÇALVES, 1985: 24) Leônidas, o “diamante negro”, cumpria assim, o seu papel de garoto propaganda, vendendo o seu *modus vivendi* e o Estado Novo, a quem quiser assimilá-lo.

Seria ainda durante a gestão Vargas – já em seu segundo mandato (1951-1954), que ocorreria a maior identificação entre o selecionado nacional e a pátria, quando esse passou a encarnar às cores do pavilhão nacional. Embora a mudança no uniforme da seleção seja atribuída por parte da imprensa, meramente a superstição (PLACAR, 1997:24) - devido a

¹⁶Mário Filho, possui uma enorme lista de serviços prestados à bola. Foi por seu intermédio que a linguagem de futebol tornou-se mais brasileira, libertando-se da expressiva “terminologia” inglesa (HERSCHMAN e LERNER, 1984: 52; LOPES, 1994: 69). Serviu como mediador, na crise carioca, do “amadorismo x profissionalismo”. Com a cisão, em 1933, tomou partido do profissionalismo, passando a promover várias campanhas e concursos, visando persuadir o público em favor do novo regime implantado. Revalorizou os jogos dos clubes tradicionais cariocas, criando os clássicos (FLA-FLU, vovô, etc.). Foi o principal defensor da construção do estádio do Maracanã, e por meio de campanhas na imprensa e por sua livre circulação entre os clubes e grupos políticos, acabou convencendo aqueles que eram contrário a obra. Promoveu a criação de novas competições, tanto para profissionais (Torneio Rio-SP), como para amadores (os Jogos da Primavera, para jovens). Com o seu falecimento em 1966, o estádio que ajudou a construir passou a levar seu nome (LOPES, 1994: 64-83).

derrota para o Uruguai na Copa de 50 - é curioso perceber que esta "metamorfose", não ocorrera de imediato, e sim, providencialmente, em 1952, no auge da campanha nacionalista do ex-ditador. Trajados com as cores da bandeira nacional, perfilados numa posição quase marcial e ouvindo o hino nacional, os jogadores passariam a exacerbar ainda mais os sentimentos patrióticos dos torcedores (GONÇALVES, 1985: 23-24). A Seleção se tornava a Nação, e a Nação era o Povo, e o Povo... a Seleção.

No intervalo entre seus dois mandatos, Vargas viu-se obrigado a passar seu cetro de poder, temporariamente, às mãos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), que com bastante perícia, daria continuidade às "cordiais" relações entre o Estado-futebol. Dutra "... aprendeu rapidamente que bajular os clubes podia render preciosos dividendos políticos"¹⁷ Na euforia que tomou conta do país às vésperas do Campeonato Mundial de 1950, o Estado não mediu despesas para mostrar que o Brasil era de fato o "país do futebol":

"... A construção do gigantesco estádio do Maracanã foi, contudo, o coroamento da simbiose governo-futebol. A então Prefeitura do Distrito Federal optou por comprometer o seu orçamento no extraordinário projeto de instalação do templo definitivo de futebol com a absurda (para a época) capacidade de 200 mil espectadores" (GONÇALVES, 1985:24).

Mas apesar da boa vontade do Governo Federal, da emulação dos meios de comunicação e da euforia da torcida brasileira, a comemoração pela tão sonhada conquista de um título mundial, teria que aguardar mais alguns anos para se tomar uma realidade.

A década de '60 viria a representar a redenção do futebol nacional, resgatando todo o orgulho e os brios perdidos ao longo dos seguidos insucessos internacionais e da "tragédia de 50". Seguiram-se uma série de triunfos e conquistas, tanto pela seleção quanto pelos clubes.¹⁸ Mas o sucesso esportivo no âmbito externo, contrastava-se com a triste realidade política do país; em 31 de março de 1964, pondo termos às aspirações revolucionárias de parte da população, um novo período ditatorial se impôs ao país. De imediato tiveram início as perseguições e punições aos grupos que, de alguma forma, eram

¹⁷ De imediato doou um terreno no centro do Rio de Janeiro ao Flamengo (clube de massa), para a edificação de sua sede. E a verba para sua construção seria fornecida por Vargas em seu retorno a presidência (GONÇALVES, 1985:24).

¹⁸ Em especial, o Tricampeonato Mundial de seleções (1958,1962 e 1970) e os Bicampeonatos Sulamericanos e Mundial de clubes, obtidos pelo Santos. Além disso, Pelé marcaria o seu milésimo gol, em 1969, consagrando-se definitivamente como o maior jogador de todos os tempos.

identificados como inimigo ou dissidente do regime militar. Mas logo essa “ação punitiva”, se estenderia a toda à sociedade.

Apesar de toda essa conjuntura política e social desfavorável, seria neste período que o esporte nacional passaria a ser encarado como uma prioridade de governo. Segundo Souza (1973:85) “... no ordenamento das prioridades de ação, o governo brasileiro, após 1964, fez do homem sua meta prioritária. Partindo deste enfoque, foi elaborado em 1968/69 o *Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil*”. Este instrumento possibilitava ao Estado conhecer a real situação dos desportos nacionais.

Com a posse desses conhecimentos, foi posto em prática o “Plano de Educação Física e Desportos”, que visava, sobretudo, transformar o Brasil de um país de espectadores (em matéria de Educação Física e desportos), em uma terra de praticantes (SOUZA, 1973: 85). Se nas fases anteriores, o povo fora “convidado” a praticar esportes, com o regime militar, ele passará a ser “convocado” à engrossar as fileiras da “geração saúde”. Teria início a chamada “militarização” do esporte, que resgataria em grande estilo, as relações entre o Estado-futebol - que desde a era Vargas não se manifestara de forma tão intensa. E com o presidente Médici, essa íntima relação chegaria ao seu ápice.

Antes de encerrarmos o presente capítulo, queremos ressaltar que o nosso intuito até este momento, foi o de apresentarmos evidências concretas, que comprovassem a existência de relações entre o futebol e o poder político (estatal) brasileiro. E por meio destas, demonstrarmos, que o futebol em sua gênese e essência, não é uma manifestação tão pura, espontânea e popular, quanto possa parecer aos olhos menos apurados do senso comum. Ao longo de todo seu processo de introdução, difusão e afirmação em nosso país, as “relações cordiais” entre o esporte e o poder público e/ou privado, sempre estiveram presentes - alterando-se apenas, o grau de intensidade em que essas manifestaram. Chegando na Era Vargas ao seu primeiro ápice. Quando este com bastante propriedade, passou a valer-se do esporte como instrumento de propaganda governamental.

Para compreendermos melhor a atmosfera socio-política do país, durante a fase de militarização do esporte brasileiro, é que dedicamos o próximo capítulo.

II – GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA: O retrato de um Brasil

grande

Todos vêem perfeitamente o que aparentas por fora, porém muito poucos percebem o que vai por dentro: e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos, que têm por si a majestade do Estado que os apóia... Pois o vulgo só se pronuncia quanto aquilo que se vê...

Nicolau Maquiavel¹

1 – Do Brasil potência ao Brasil falência

1.1 – *Brasil Real*

Inspirados pela “Doutrina de Segurança Nacional”, formulada pela ESG² (Escola Superior de Guerra) e que anunciava a iminente “invasão vermelha” ao país, os militares, imbuídos dos mais “nobres e puros” sentimentos, cívicos e patrióticos, tomaram de assalto o poder, em 1964. Com o golpe, teria início uma série de governos militares que permaneceriam no poder até 1985. Durante esse período montou-se uma nova ordem política, caracterizada, fundamentalmente, pela anulação das liberdades democráticas estabelecidas no período anterior. Progressivamente, organizou-se uma estrutura política que levaria o Presidente da República, também representante das Forças Armadas, a transformar-se na autoridade máxima do país. Esse modelo político deu ao Executivo amplos poderes, reduzindo a atuação do Legislativo e do Judiciário, transformando em poderes complementares e submissos. Ao mesmo tempo, os poderes estaduais e municipais perderam sua autonomia, passando a simples executores das decisões federais. E após o conturbado ano de 1968³, ocorreria um maior endurecimento da vida política e social do país, que chegaria ao seu ápice durante o 3º Governo Revolucionário.

¹ Apud SCHWARTZENBERG, Roger-gerárd. *O Estado espetáculo*. 1978. p.6.

² Nesta doutrina constava a teoria da “guerra interna”, a qual, defendia que a principal ameaça não era uma invasão externa, mais sim, os sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. E por representarem uma séria ameaça ao país, todas estas categorias deveriam ser neutralizadas o quanto antes (SKIDMORE, 1989:22). Para saber mais ver ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 1984. p. 33-79.

³ Ver VENTURA, Zuenir. 1968: *o ano que não terminou*. 1988. e GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 1990.

Gravemente enfermo, o então presidente Costa e Silva, foi afastado do governo em agosto de 1969. O natural seria que o vice-presidente, Pedro Aleixo⁴, assumisse o cargo, contudo, isso não ocorreu. Uma junta militar arrebatou o poder, impedindo a sua posse. Além de impor a “Lei de Segurança Nacional”, que instituía, entre outras coisas, a pena de morte para crimes políticos, redigiu uma Emenda Constitucional, que na prática, funcionava como uma nova constituição (ALVES, 1984:158-159; ARQUIDIOCESE, 1985:63). Direitos como a liberdade de manifestação, de organização ou de reunião acabaram suprimidos das leis. Dois meses depois, a ditadura impôs o General Emílio Garrastazu Médici, como novo presidente – “eleito” pelo Congresso Nacional, que fora reaberto especialmente para essa ocasião.

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolveu-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina. (ARQUIDIOCESE, 1985:63)

Aproveitando-se dos dispositivos do AI-5⁵ (editado em 13 de dezembro de 1968), o grupo considerado de linha dura, tendo Médici na presidência, promoveu uma campanha para abafar qualquer manifestação contrária as diretrizes governamentais. Os órgãos de segurança tornaram-se mais atentos do que nunca. E os contestadores eram presos, torturados, mortos – ou simplesmente desapareciam.

Os militares da linha dura faziam a “guerra suja” (MONTENEGRO, 1995:6) contra os contestadores do regime. Enquanto os tecnocratas civis cuidavam da paz e do crescimento econômico. O binômio “segurança-desenvolvimento” estava portanto, assim dividido: aos militares cabia a segurança; aos tecnocratas o desenvolvimento⁶ (SKIDMORE, 1989:217-220).

⁴ Aleixo, além de ser civil, tinha sido contrário a instituição do Ato Institucional nº5 (AI-5), tornando-se assim, mal visto, perante a cúpula militar (ALVES, 1984:144).

⁵ Que permitia ao governo legislar em todas as matérias previstas na Constituição, intervir em estados e municípios, cassar mandatos, além de acabar com o Habeas Corpus (NOSSO SÉCULO, 1990:30).

⁶ Por não possuírem formação técnica para cuidar com competência de assuntos de ordem administrativa, econômica, e política, os militares precisavam dos tecnocratas (engenheiros, economistas, administradores de empresas, etc.). Estes por sua vez precisavam dos militares autoritários para continuarem no poder. Foi essa aliança que permitiu o crescimento do Brasil a taxas médias de 10% ao ano, embora a um custo social e de endividamento externo do país, altíssimos.

Enquanto isso, no plano cultural, instalava-se a implacável autoridade da censura. Logo ao assumir o governo, Médici decretou a censura prévia a livros e periódicos – e que logo se estenderia a outros segmentos culturais –, com o objetivo de “...evitar exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.” (Apud NOSSO SÉCULO, 1990:52) Centenas de peças teatrais, letras de música, roteiros de filmes e até mesmo de novelas foram proibidas. A liberdade de expressão foi ainda mais abrupta na imprensa periódica, onde durante anos, vigorou a censura prévia⁷.

No plano político, o Legislativo teve a sua atuação cerceada, colocando-se como um simples “homologador” das decisões do Executivo. Onde o “*dispositivo de liderança*”, limitava a atuação dos parlamentares⁸. Um exemplo do cerceamento do Estado sobre os parlamentares, foi a onda de cassações de mandatos políticos de deputados e senadores que marcaram todo esse período, e em especial, durante as eleições para a renovação do Congresso Nacional⁹ – que além de terem sido precedidas por prisões sem mandatos judiciais, estas marcariam ainda, o desinteresse popular pelas eleições, que somaram entre abstenções, votos em branco e nulos um total de 46% de eleitores inscritos (ARQUIDIOCESE, 1985:63).

Mas mesmo tendo o “fantasma da cassação” sobre suas cabeças, alguns integrantes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição tolerado pelo governo, formaram o chamado “*grupo dos autênticos*” (NOSSO SÉCULO, 1990:54; SKIDMORE, 1985: 232), que buscava articular um posicionamento mais agressivo. Contudo, as esperanças de uma maior abertura política, desapareceram após a promulgação da Emenda Constitucional nº2, que eliminou a eleição direta para governadores, em 1974 (NOSSO SÉCULO, 1990:54).

A repressão, aos opositores do governo, também fora incrementado nesta fase, marcando o apogeu dos movimentos armados, com o seqüestro de diplomatas estrangeiros e assalto a bancos. A guerrilha que se desenvolveu durante seu governo, embora causasse incômodo, não oferecia nenhum perigo real ao governo militar. A maioria dos guerrilheiros era composta de antigos militares afastados das forças armadas ou jovens estudantes da classe

As páginas do jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, eram censuradas diariamente; por isso, para preencher os espaços em branco referentes às matérias censuradas, eram publicadas trechos de Os Lusíadas, de Luis de Camões. Já o Jornal da Tarde encontrou uma saída mais espirituosa: preenchia os trechos em branco com receitas culinárias. A revista Veja, optou por cobrir os espaços com arvorezinhas, símbolo da Editora Abril (NOSSO SÉCULO, 1990:56).

⁸ Pois estes eram obrigados a votar conforme a decisão do líder da bancada em projetos importantes para o governo, sob a pena de perda de mandato e de inelegibilidade (NOSSO SÉCULO, 1990:54).

média. O grupo era reduzido, e sua experiência política ou militar era muito precária. Havia muitos sonhos, muito idealismo, mas a luta armada serviu apenas para demonstrar o inconformismo, aumentar o número de vítimas fatais dos órgãos de repressão e justificar o aparato militar. Os guerrilheiros lutavam, para servir de exemplo, esperando que as massas os seguissem no combate à ditadura. Mas o povo, não correspondeu. Estava anestesiado pela propaganda governamental; os mais esclarecidos temiam a repressão, ou chegavam a apoiar o regime militar pelo crescimento econômico.

O combate aos “subversivos”, propiciou o aprimoramento e multiplicação dos órgãos de informação e repressão, que passaram a gozar de maior autonomia e eficiência. As três armas tinham seus próprios serviços de informação e repressão,¹⁰ e a Polícia Federal, assim como cada polícia estadual, tinha seu departamento de Ordem Pública e Social (Dops), e todos esses órgãos eram coordenados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). (SKIDMORE, 1989:254-257; NOSSO SÉCULO, 1990:65; ALVES, 1984:172-175; CHIAVENATO, 1997:121-131).

Os órgãos de repressão acreditavam que o país estava em guerra, e numa guerra a agilidade de informações é vital para se derrotar o inimigo. E para se obterem informações rapidamente, quaisquer métodos, mesmo moralmente condenáveis eram válidos¹¹. O que ocasionava a morte de muitos prisioneiros políticos, durante os “interrogatórios”.

O governo no entanto, negava que torturasse seus opositores e muitos generais, negam o fato até hoje¹². Segundo a nota oficial divulgada pelo Estado, em 9 de maio de 1970, o que havia na verdade era:

...uma campanha difamatória montada... por aqueles que não se conformam com o desenvolvimento brasileiro...Paradoxalmente...quanto mais acelera o país sua taxa de crescimento, aumentando exportações... mais se acentua a atividade soez de denegrimto do governo...Não há tortura em nossas prisões. Também não há presos

⁹ Esse episódio ficou conhecido como “Operação Gaiola” (ALVES, 1984:161).

¹⁰ A Marinha possuía a Ccnimar, a Aeronáutica o CISA, e o Exército, o CIE (Centro de Informação do Exército), que coordenava em nível nacional as atividades locais dos DOI-CODIs (Departamentos de Operação de Defesa Interna – Centros de Operação e Defesa Interna).

¹¹ As torturas físicas e psicológicas, a vigilância, incômodos e ameaças às famílias e amigos dos suspeitos eram métodos rotineiros utilizados pelos órgãos de repressão política (ARQUIDIOCESE, 1985:31-50).

¹² Segundo o resultado das pesquisas do projeto *Os Anos de Chumbo*, os militares entrevistados, atuaram nesse processo, convencidos de estar em guerra contra um inimigo internacional. Nenhum chegou a reconhecer ter ordenado violações aos direitos humanos, nem as defende explicitamente. Para o general Fiúsa, um dos entrevistados: “É uma questão de combate. Em combate se interroga o prisioneiro de guerra logo após a sua prisão, pois é nesse momento que falará mais... Porque o medo é um grande ajudante do interrogatório...” (Apud MONTENEGRO, 1995:6)

políticos...Há, porém, terroristas...[que] respondem a processo regular pelos crimes que praticaram, matando pessoas indefesas, assaltando bancos e particulares e seqüestrando diplomatas. (Apud NOSSO SÉCULO, 1990:54)

1.2 – Brasil Virtual

Embora seu governo tenha sido o mais repressivo e autoritário, Médici foi o mais popular dos presidentes militares (CHAGAS, 1985:200). Sua popularidade deveu-se à censura, à propaganda eficiente, e, principalmente, ao crescimento econômico.

A “maquiagem social” do país, era realizada pela AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), criada em 1968. Esse órgão propiciou...

...a maior operação de propaganda já articulada em território brasileiro. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas de enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e Cinema, juntamente com matérias para os jornais. Surgiram, assim, os famosos slogans ufanistas “Você constrói esse Brasil”, “Ninguém Segura Este País”, “Brasil, Conte Comigo”, e o mais fascista deles: “Brasil Ame-o ou Deixe-o”, criado logo após a decretação da pena de banimento para presos políticos. (BARROS, 1991:60)

O otimismo era vendido pelos meios de comunicação. O Brasil era apresentado como potência emergente do ano 2000, “a ilha de paz e tranquilidade incrustada num mundo conturbado” (CHAGAS, 1985:204).

Num de seus discursos Médici declarou:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho. (Apud NOSSO SÉCULO, 1990:50)

Esquecia-se ele, de que tudo no Brasil era “maravilhoso” porque todos os órgãos de imprensa estavam censurados e a propaganda governamental funcionava eficientemente.¹³

E, mais, para tirá-lo rapidamente do anonimato (SKIDMORE, 1985:211), a figura do presidente estava sempre associada a elementos da cultura, como futebol e música. A

¹³ Em nossa fase de levantamento bibliográfico, nos deparamos com duas interessantes coleções promovidas pela AERP: uma contendo a coleção de discursos e pronunciamentos à nação, feitas pelo presidente ao longo de todo o seu mandato (ver ANEXO) e outra, com o sugestivo título “Brasil Hoje, tudo o que o jovem deve saber sobre a realidade de seu país”, que abordava, em especial, temas de interesse do regime como: o “futebol”, a “geo-política”, o “Projeto Rondon”, a “Transamazônica”, etc.



conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, deu início a essa prática (SILVA, 1983:19).

Pelé, o astro maior do futebol nacional, também viria a contribuir, anos mais tarde (1972) no melhor estilo “Leônidas da Silva”, para melhorar a imagem do governo no exterior. Ao ser questionado durante uma entrevista ao jornal *La Opinión*, de Montevideu, sobre a ditadura brasileira, ele respondeu: “*Não há ditadura no Brasil. O Brasil é um país liberal, uma terra de felicidade. Somos um povo livre. Nossos dirigentes sabem o que é melhor para nós e nos governam com tolerância e patriotismo.*” (Apud CALDAS, 1994:49)

1.3 – E o milagre chegou

O desempenho econômico do país também foi usado pelo governo para angariar o apoio da população, que desconhecia a situação nos porões da ditadura. A economia brasileira registrou sucessivos aumentos do produto Interno Bruto (PIB) no período: 9,5% em 1970; 11,3% em 71; 10,4% em 72, e 11,4% em 73 (ALVES, 1984:145).

O programa, comandado pelo ministro da Fazenda Delfim Neto, baseava-se na expansão do mercado interno, modernização do sistema de crédito e numa nova política de exportação. Isso aliado ao fortalecimento do setor estatal na áreas de petróleo, siderurgia e energia, que por demandarem altos investimentos não interessavam à iniciativa privada. O “milagre brasileiro” se espalhou por todos os setores: das indústrias alimentícias às automobilísticas, da produção de eletrodomésticos à de tantos outros artefatos modernos. Em menos de uma década, o país transformou-se num dos grandes mercados consumidores do mundo. O crescimento de bens duráveis de consumo permitiu a disseminação dos produtos eletrodomésticos, agradando a classe média (SKIDMORE, 1989:274-286).

Entretanto, os benefícios do “milagre” não foram percebidos pela maioria da população, que continuava sofrendo com a distribuição de renda injusta, promovida pela política econômica do governo.¹⁴

O potencial econômico e consumidor do Brasil fez com que os países ricos e os organismos multilaterais passassem a conceder empréstimos ao país, num momento em que

¹⁴ O governo argumentava que era preciso primeiro fazer crescer o “bolo”, antes de dividi-lo. Mas o bolo que mais cresceu foi o da dívida externa: pulando de 3,9 bilhões de dólares em 1968, para 12,5 bilhões em 1973 – esse sim, acabou sendo dividido por todos. (CHIAVENATO, 1997:93)

havia excedente monetário no mercado internacional – quando este se tornou instável, o país entrou em um processo de convulsão.

Grandes obras de infra-estrutura caracterizaram os governos militares, particularmente a gestão Médici. Um dos ícones do período foi a Transamazônica, de 5 mil quilômetros, sangrando o coração da floresta. Segundo o então ministro dos Transportes, Mário Andreza, a rodovia seria “*a redenção da pátria; o caminho para o futuro.*” (Apud NOSSO SÉCULO, 1990:76) Mas por trás desse discurso romântico, estavam outros interesses políticos. O governo pretendia, com a abertura da Transamazônica e de outras 17 estradas, inverter o fluxo migratório de nordestinos ao Centro-Sul do país. Com a descoberta de minerais e o desenvolvimento de grandes projetos mineradores, a região Norte passou a oferecer algumas perspectivas econômicas aos capitais estrangeiros e do Sul do país.

A ocupação da Amazônia atendia também aos interesses militares, que sempre acreditaram que países estrangeiros planejavam usurpar a riqueza da região¹⁵. Havia também a necessidade de propaganda do governo: a ocupação da Amazônia mobilizaria a população em apoio ao governo, que estava promovendo a integração nacional e o desenvolvimento do país¹⁶.

1.4 *E o milagre se foi*

A artificialidade do milagre ficou clara depois de 1974, quando a crise do petróleo explodiu. Houve uma crise generalizada do capitalismo, mas as nações desenvolvidas absorveram o choque, reduzindo despesas. Uma das medidas adotadas foi o corte de importações. Fato que prejudicou o Brasil duplamente: o país perdeu o mercado externo e não pôde restringir as suas próprias importações – pois dependia do petróleo para funcionar (SILVA, 1983:97).

O modelo de desenvolvimento do governo, até então, tinha sido priorizar o uso do transporte rodoviário com a abertura de estradas, que entrou em colapso com a crise do petróleo iniciada em novembro de 1973. As conseqüências imediatas foram o aumento dos

¹⁵ Outros empreendimentos promovidos pela geopolítica militar foram a Belém-Brasília e a Usina Hidroelétrica de Itaipu (CHIAVENATO, 1997:93).

¹⁶ O “programa de colonização” dirigida pelo Estado, sonhava assentar um milhão de famílias nordestinas às margens da Transamazônica até 1980. O projeto foi desativado em 1974, com o saldo de 5.717 famílias

custos das matérias-primas e da inflação, reduzindo as reservas cambiais brasileiras “...*Não querendo macular sua imagem, o governo manipulou os índices do custo de vida e proibiu críticas à política econômica.*”¹⁷ (NOSSO SÉCULO, 1990:95) Mas os fatos falavam por si: haviam filas nos supermercados – o que não ocorria desde 1964. O país pagara um alto preço da política de desenvolvimento econômico do governo Médici, que preferiu oferecer automóveis e eletrodomésticos à população, ao invés de alimentos.

Em menos de cinco anos o falso milagre criado pela ditadura, mostrou a sua verdadeira face: a concentração de renda abusiva privilegiou uns poucos e afundou na miséria a grande maioria da população¹⁸. Provocando o mais violento processo de desnutrição da história brasileira. “O milagre chegará ao fim?”.

Após contextualizar-mos a conjuntura política e social do período, passaremos a seguir a apropriação militar do futebol, propriamente dita.

estabelecidas na área, tornando-se um dos maiores fracassos governamentais do país (NOSSO SÉCULO, 1990:73-77).

¹⁷ Dentre as omissões sobre a realidade brasileira, o pediatra Yvon Rodrigues (da Academia Nacional de Medicina), denunciou que “*Em 1974 um órgão do governo gastou 20 milhões de dólares para investigar o que comiam os brasileiros. Foram entrevistados 55 mil famílias, e o resultado foi tão aterrador que se proibiu a divulgação dos resultados.*” *Havia famílias que comiam ratos, crianças que disputavam fezes...*” (Apud CHIAVENATO, 1997:92)

¹⁸ Segundo dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no tempo do milagre, 64,4% dos trabalhadores ganhavam no máximo dois salários mínimos, seguidos por uma faixa intermediária de 23,6%, que recebia até cinco salários mínimos, a classe média representava 7,2% (ganhando até 10 salários) enquanto os grandes consumidores eram apenas 4,8% dos assalariados – que recebiam acima de dez salários (CHIAVENATO, 1997:86).

III – PRA FRENTE BRASIL: O Governo entra em campo

*“Há mais coisas entre a chuteira e a bola do que
sonha o torcedor”¹*

José Esmeraldo Gonçalves

1. As relações entre o futebol e o poder

1.1 – Futebol e integração social

Numa época de graves crises sociais, onde focos de luta armada explodiam em várias regiões do país, contra o regime militar estabelecido, o futebol tornou-se um elemento fundamental para impulsionar a unificação do país em torno do esporte, promovendo simultaneamente, o ajustamento social do cidadão e uma imagem saudável do país no plano internacional. Pois seria essa, segundo Janet Lever (1983:23), a sua mais importante e universal consequência social: contribuir para a “*coesão das complexas sociedades modernas*”. Criar a ordem em meio à diversidade (étnica, cultural, econômica, etc). E para comprovar sua tese, é que ela concentrou o foco de seu estudo no caso do futebol no Brasil, onde, num dado momento histórico, a integração social era problemática. Sua intenção é a de demonstrar que o esporte quando organizado em larga escala, pode representar um “*mecanismo alternativo*” que propicie o aproveitamento das identidades primordiais com o objetivo de desenvolver e ou consolidar a unidade política e a fidelidade ao moderno estado civil. Afirma Lever:

...A capacidade paradoxal do esporte de reforçar as divisões sociais, ao mesmo tempo em que as transcende, faz com que o futebol, o mais popular esporte do Brasil, se torne o mais perfeito de alcançar uma união mais perfeita entre grupos múltiplos. Os clubes de futebol locais publicamente sancionam e exprimem os mais profundos sentimentos primordiais de sociedade, enquanto o sucesso fenomenal da seleção nacional acentuou o orgulho de todos os brasileiros em sua cidadania. (1983:27)²

¹ In: DIEGUEZ, Gilda Korff (org). *Esporte e poder*. 1985. p.30

² Outros autores também comungam com esse pensamento de integração social via bola: Roberto da Matta, Nicolau Sevcenko, Waldenyr Caldas, José Sergio Lopes (ver Revista USP: Dossiê Futebol), Lamartine Pereira (1980), Arthur da Távola (1983), Betty Milan (1989), Ronaldo Helal (1997) e Tarcisio Padilha (1978).

E por ser a integração nacional considerada um requisito indispensável para o desenvolvimento em qualquer lugar (em especial, em nações emergentes como a nossa), esta tornou-se uma das principais prioridades do governo militar, que transformou o Brasil no novo país de desenvolvimento mais rápido do mundo, durante a década de 70. Nesse sentido, o esporte acabou por assumir um caráter de expressão de sociabilidade e de espírito coletivo – por meio de sua paradoxal relação de “dividir-e-unificar”.

Isso é possível de compreender, na medida em que, a estrutura de organização do futebol pode ser comparada com a complexidade de uma rede de agências governamentais: as pequenas cidades do interior estão ligadas entre si e aos grandes centros urbanos, por meio dos campeonatos estaduais e regionais. As cidades principais estão unidas em ligas nacionais e são lembradas uma das outras em competições regulares. As nações, por sua vez, são atraídas a relacionamentos entre si através de federações continentais e internacionais, que promovem competições entre seleções nacionais. Dessa forma, os sentimentos são avivados, ao mesmo tempo em que as pessoas se unem em torno de uma “cultura popular global.”³ (LEVER, 1983:30)

Voltando a questão da integração social nas nações em processo de desenvolvimento (como é o caso do Brasil), percebe-se que as deficiências nos meios de transportes e comunicações acentuam as diferenças regionais: os investimentos externos também aprofundam as divisões dessas regiões ao promoverem a modernização das capitais, enquanto o interior permanece estagnado; além do agravante, que a consciência nacional dessas nações “emergentes”, tem sido retardada pela dominação estrangeira de suas instituições políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, segundo Lever (1983:41) “...*assim como o desenvolvimento econômico é essencial para a independência de um povo, o nacionalismo cultural também é,*” pois o orgulho nacional e a consciência de si mesmo podem se tornar instrumentos para esta mudança. Caberia então, a arte, a literatura, o folclore e a música proporcionarem uma imagem nacional que ajude a integrar os diversos segmentos sociais do país. E o esporte tem desempenhado este papel, tornando-se um elemento crucial no desenvolvimento do nacionalismo cultural, pois: “*As vitórias esportivas oferecem o*

³ O mesmo já não ocorre com a chamada “cultura superior”, como a ópera, o balé e as artes visuais, que embora também criem os seus astros internacionais, esta une apenas as elites do mundo. Somente a cultura popular pode promover a comunicação universal e a experiência partilhada para as massas.

reconhecimento internacional que ajuda as nações em desenvolvimento a se livrarem de seus complexos de inferioridade." (LEVER, 1983:41)

A contribuição do esporte à integração nacional, portanto, estaria no fato de propiciar às pessoas de diferentes segmentos sociais, etnias e credos, alguma coisa para se compartilhar e usar como base para a solidariedade ritual.⁴ Numa nação como o Brasil, a contribuição do esporte para a integração social é muito especial, pois pode preceder a contribuição da tecnologia e até mesmo promover os objetivos de modernização (LEVER, 1983:75). Principalmente, por possuir uma vastidão territorial, dividido por um acentuado regionalismo e por uma população diversificada em termos culturais, étnicos e econômicos, e onde as grandes distâncias dificultam as comunicações entre suas regiões, o sucesso do futebol, tem sido uma força a unir as diversas partes e consolidá-las através do orgulho nacional.

Em especial, algumas combinações de **espiritualismo, samba e futebol**, por exemplo, seriam os temas de conversas populares, e cada um destes, envolvem atividades e organização que atraem diversos grupos e proporcionam símbolos comuns de devoção⁵. E segundo Lever, cada uma dessas criações brasileiras demonstra como as práticas regionais podem unificar uma nação ao disseminarem-se. E no caso específico do futebol é curioso perceber que este conseguiu promover de fato a integração nacional do país, muito antes de outras organizações sociais se espalharem pelo país⁶, visto que em 1914, a nação já era unificada em torno de uma federação de clubes esportivos⁷ – e os políticos já começavam a se aproximar do jogo dos pontapés.

1.2 - A simbiose esporte x poder

Segundo Lever:



⁴ Os campeonatos estaduais unem o interior à capital; os nacionais unem as cidades e todas as regiões; e as competições internacionais concentram as identidades de todos, como cidadãos nacionais – pois todos compartilham deste evento.

⁵ Esta associação pode ser encontrada em vários outros fragmentos do imaginário futebolístico. São comuns o uso de expressões que revelam a presença da dimensão sagrada neste esporte: "o futebol é como religião", "os monstros sagrados", "os deuses do futebol", etc. (HERSCHMANN e LERNER, 1994:55).

⁶ Foi somente com o regime ditatorial de Vargas, que uma burocracia federal desenvolveu-se, e os sindicatos trabalhistas foram germinados sob o aval federal.

⁷ Uma prova da rápida disseminação do futebol em nosso país, é que, introduzido oficialmente em 1894-95, em 1919, sua última fronteira futebolística foi anexada: o Acre.

Esporte e governo mais do que apenas convivem: o relacionamento é melhor descrito como simbiótico. No Brasil, os políticos têm estimulado o desenvolvimento dos esportes de espectador e de participantes. O esporte, em troca, tem ajudado os políticos a projetarem sua popularidade, contribuindo para que o governo brasileiro alcance seus objetivos nacionalistas. (1983:87)

Esta simbiose entre o esporte e o poder, no entanto, não foi exclusividade do período militar, como foi demonstrado no primeiro capítulo. O poder das alianças efetuadas pela elite do futebol, em sua fase inicial, era demonstrado pela facilidade com que os cargos de diretoria de clubes podiam ser utilizados como “trampolins” de carreiras políticas e vice-versa, onde o assédio da imprensa em torno dos dirigentes acabava por projetá-los perante as massas⁸.

Como exemplo dessa perfeita simbiose à nível nacional, pode-se citar o caso do Almirante Heleno Nunes que acumulava simultaneamente os cargos de presidente da CBD e da ARENA (partido oficial do governo), em 1978. O *Latin American Political Report* teceu o seguinte comentário a respeito da dúbia função do Almirante:

Embora o partido o tenha liberado de suas funções políticas, a fim de permitir que se concentrasse numa vitória na Argentina, é impossível separar o político do desportista. Ele comentou recentemente que “uma vitória na Argentina será muito importante para a ARENA,” influenciando constantemente a seleção da equipe. Coutinho teve de incluir na seleção o centro-avante do Vasco da Gama, Roberto, por insistência de Nunes. Mesmo na ARENA, os políticos admitiam que a inclusão de Roberto foi determinada pela necessidade de conquistar votos no Rio de Janeiro, onde o Vasco é a equipe mais forte... Nunes converteu todas as partidas anteriores à Copa do Mundo em acontecimentos políticos, com a apresentação de candidatos em potencial, faixas da ARENA e bandas militares. (Apud LEVER, 1983:91) (grifos nossos)

E de fato esta relação de troca mútua de favores sempre existiu entre o esporte e os políticos, pois estes, há muito, acreditam que os projetos relacionados com o futebol lhes valem mais popularidade e repercussão do que obras públicas importantes. Assim, doações e favores concebidos aos clubes eram usados para obtenção de apoio popular, e o presidente Médici soube valer-se de tal recurso durante a sua administração⁹. Embalado pela euforia do

⁸ No RN, temos exemplos bem nítidos dessa simbiose. Num passado recente, ex-presidentes do ABC, ocuparam cargos públicos durante suas gestões à frente do clube: foram os casos do ex-deputado estadual, Rui Barbosa, e de Leonardo Arruda (deputado estadual em exercício). E no presente, Pío Marinho, é o melhor exemplo possível desse fato. Onde acumula os cargos de vereador, presidente da FENAT, e de dirigente da Confederação Brasileira de Futebol.

⁹ Encarnando a figura do desportista, com frequência ia ao Maracanã assistir os jogos do seu Flamengo ou da Seleção. Seu interesse estenderia-se ainda a outras modalidades esportivas, como o automobilismo (na fase áurea

“milagre” e pelo tricampeonato mundial (México 1970), o governo calçou as chuteiras e entrou em campo com todo fervor. E será sobre como se deu essa apropriação do Estado brasileiro sobre o futebol e sobre a criação de uma política esportiva atuante, durante a gestão Médici, que passaremos a nos referir a partir de agora.

2 – O Estado em campo

2.1 -- Plano de ação

Face ao posicionamento do esporte como fenômeno social universal, tanto no plano da diversão como da política de massa, o regime militar pós-64, consciente do seu grande potencial inerente, passou a promover o seu uso político em todos os meios, tornando-se inclusive, uma prioridade de governo.

Visando fomentar no país, a criação de uma “mentalidade esportiva” e de “...*dar ao povo uma adequação física condizente a nossa posição de nação em desenvolvimento*” (SOUZA, 1973:85), o Estado promoveu uma pesquisa sobre as condições esportivas do país (o primeiro da história esportiva nacional), afim de conhecer a sua situação real e as possibilidades de ação oferecidas. Foi então elaborado o **Diagnóstico de Educação Física/ Desportos** (entre 68/69, e publicado em 1970). Por meio deste, descobriu-se por exemplo, que “*Em 1970, havia cerca de 40 mil associações esportivas no país, sendo 80% nas regiões Sul e Sudeste.*” (PEREIRA, 1980:47) Tais dados, demonstravam entre outras coisas, que o Brasil era uma das nações de maior número de clubes do planeta.¹⁰ Mas embora possuísse inúmeras entidades esportivas, o número de modalidades e de praticantes, em cada clube eram muito reduzidos – o que representava baixa eficiência nos resultados gerais. Isto explicaria a nossa condição de grande população, mas de resultados inexpressivos (ou limitados) nas competições internacionais (à exceção do futebol, que reflete a massa nacional).

de Emerson Fittipaldi). Médici ainda usaria a sua influência política para interferir no lado técnico do esporte (escalações do Flamengo e da Seleção). O seu embate com o técnico João Saldanha tornou-se clássico – embora seja mais plausível considerarmos que o seu afastamento da Seleção tenha sido em decorrência de seu passado político “vermelho” (simpatizante comunista), do que pela negativa da convocação do jogador Dário (LEVER, 1983).

¹⁰ Equivalente à época a Alemanha Ocidental, nação de grande tradição nos esportes e de abundantes recursos técnicos e econômicos (PEREIRA, 1980:48).

Procedido este diagnóstico, optou-se pela adoção de ação política de “*Orientação mista*,”¹¹ pois esta forma de ação eliminaria qualquer tipo de ingerência estranha ao setor na distribuição orçamentária e asseguraria o controle efetivo da execução dos projetos pelo Estado. (SOUZA, 1973:85)

Em linhas gerais, pelas possibilidades previsíveis, foi estimado um período de dez anos para que o sistema alcançasse seu funcionamento pleno e objetivo.

Uma vez planejado o sistema, a ação fez-se presente sob a forma do Decreto n.º 66.967, de 27 de junho de 1970, que criou o **Departamento de Educação Física e Desportos (DED)** do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este ao ser concebido, já trouxe consigo um plano de ação (**Plano de Educação Física e Desportos**)¹², que, paralelamente ao seu desenvolvimento estrutural, foi ativado procurando alcançar os objetivos mais elevados do órgão.¹³ O DED planejou ainda, a realização da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, face à desinformação existente sobre o assunto (constatada no **Diagnóstico**), tanto no meio especializado quanto junto ao público. Esta campanha tornou-se um projeto de âmbito nacional, previsto inicialmente para os anos de 1972-73, e que visava atingir uma população da ordem de 20 milhões de jovens, com idade inferior a 25 anos. Constituíram-se ainda, grupos de trabalho que realizaram os **III e IV Jogos Estudantis Brasileiros**, além de apoio especial para realização dos **Jogos Universitários Brasileiros** em 1971 e 1972. Fora projetada, ainda no período, a construção do **Centro Olímpico Desportivo** de Brasília, para

¹¹ Segundo Ovídio S. Souza, as experiências de política administrativa da Educação Física e dos Desportos se manifestariam sob 3 correntes básicas, determinadas pela formação étnica, pelo status econômico, pela orientação político-social e pelo nível de avanço tecnológico das diversas nações. Nesse sentido elas se classificariam em: A – “*Dirigismo Absoluto*”, no qual o Estado chama para si a total tutela das atividades esportivas (seria esta a opção dos países socialistas); B – “*Liberalismo Absoluto*”, onde a ação governamental soma-se a privada em proporções variáveis e autônomas (seria o padrão adotado pelos países desenvolvidos); C – A “*Orientação Mista*”, onde cabe ao governo a responsabilidade de orientar as atividades esportivas em todos os setores (escolar, social, elite) optando ou não, pelo apoio de iniciativa privada – que jamais seria autônoma (este seria o esquema utilizado pelos países emergentes) (SOUZA, 1973:82-84).

¹² Destacando-se as principais medidas de ação governamental:

A – Instituição da Loteria Esportiva (Decreto-Lei n.º 594, de 27-5-1969).

B – Inclusão das atividades físico-desportivas nos currículos escolares de ensino fundamental ou superior (Decreto-Lei n.º 705, de 25-7-69 e regulamentado pelo Decreto n.º 69.450 de 1.º-11-1971).

C – Criação do órgão que cuide da implantação da nova política e zele pela produção de conseqüências satisfatórias desses atos e dos que venham complementá-los (DED – Decreto n.º 66.296 de 3-3-1970)

D – Reforma do ensino de 1.º e 2.º graus. (Lei n.º 5.692, de 11-8-1971) (MARQUES, 1973:18)

¹³ Seus objetivos gerais eram os seguintes:

A – Elevação no país do nível de Educação Física Integral.

B – Elevação no país do nível do desporto em todas as áreas.

C – Elevação no país do nível de recreação ativa e passiva. (SOUZA, 1973:86).

dotar o setor desportivo nacional de um local específico para o treinamento de seus representantes às competições de âmbito internacional (SOUZA, 1973:82-86).

Várias outras ações foram promovidas no sentido de melhorar o nível técnico do desporto amador nacional – dentre elas, a construção de várias instalações esportivas pelo país. Mas se houve toda essa “preocupação” com o amadorismo esportivo, o que dizer da maior paixão nacional? Seria o “esporte das multidões”, excluídos das “benéfcias” da ação estatal?

2.2 – O futebol à serviço do Estado

Por ser o esporte de maior expressão do país, o único que pode ser considerado realmente de massa, e por estar vivenciando a sua fase de maior esplendor, o futebol, passou a despertar o interesse do regime militar que via nele a possibilidade de torná-lo um excelente veículo de divulgação para as suas mensagens ufanistas e para a execução de seu projeto de integração social.

Nesse sentido, os méritos de tal feito foram da AERP, que soube explorar de forma conveniente e eficiente o Tricampeonato Mundial no México, em favor da ditadura (GONÇALVEZ, 1985:21; SKIDMORE, 1989:223). Era o início da “militarização do futebol”¹⁴ - segundo a classificação adotada por José E. Gonçalves já citada no primeiro capítulo.

A AERP, buscando aumentar a popularidade do presidente, tornou público o seu fanatismo por este esporte. Era uma forma de tentar criar laços de identificação entre o povo e o seu representante. E Médici cumpria rigorosamente o seu papel na trama e demagogicamente, freqüentava os estádios brasileiros como um mero torcedor, munido de seu inseparável radinho de pilhas. Shwartzemberg (1978:110) defende a adoção deste tipo de tática política, pois segundo ele:

A fim de provar sua perfeita condição física de projetar sua imagem dinâmica e viril, o dirigente tem obrigação de ser esportivo. Ou de ser tido como tal. Dar-se-à preferência, aliás, aos esportes de equipe, que revelam um senso de colaboração social.

¹⁴ Manifestando-se antes mesmo da Copa, com a elaboração de um “exótico” Regulamento do Atleta Convocado, proibindo o uso de cabelos grandes e declarações políticas (GONÇALVES, 1985:26).

Retornando a questão do Mundial do México, o fato é que a vitória da seleção, utilizada sabiamente pela propaganda oficial, acabou por vincular o nacionalismo político com o cultural. O pronunciamento de Médici à nação, após a conquista, é um exemplo disso:

Sinto uma profunda felicidade ao testemunhar a alegria de nosso povo nesta elevada forma de patriotismo. Identifico esta vitória conquistada na fraternidade do esporte com a ascensão da fé em nossa luta pelo desenvolvimento nacional. Identifico o sucesso de nossa seleção com...a inteligência e a bravura, a perseverança e serenidade de nossa capacidade técnica, preparo físico e altura moral. Acima de tudo, nossos jogadores venceram porque souberam como...jogar pelo bem coletivo. (Apud LEVER, 1983:97; Gonçalves In: DIEGUEZ, 1985:27)

Por essa perspectiva, o tricampeonato deveria ser encarado como um primeiro estágio rumo a realização do “destino manifesto” do Brasil de se tornar uma potência mundial. Quando os tricampeões mundiais retornaram ao país, foi decretado feriado nacional. Os jogadores foram recebidos pelo presidente em Brasília, e cada um deles recebeu um prêmio no valor de 18.500 dólares livre de impostos pela conquista (SKIDMORE, 1989:223; LEVER, 1983:97; GONÇALVES, 1985:27). O país viveu um clima de carnaval fora de hora, e o presidente foi associado à figura do grande incentivador da seleção. A euforia tomou conta do país e, ao final de dois dias de festividades, o custo social fora de 44 pessoas mortas e 1.800 feridas: “Os líderes do governo talvez tenham pensado que essas baixas eram um pequeno preço a se pagar pela fidelidade acentuada de uma nação.” (LEVER, 1983:98)

No êxtase que envolveu à nação antes, durante e depois da Copa, lançaram-se as bases de importantes modificações nas relações entre Estado-futebol. O mundial de 70 proporcionou, pela primeira vez, a transmissão de jogos ao vivo pela televisão (via satélite), permitindo a interligação entre o Norte e o Sul do país. Num país onde os serviços de comunicação eram precários, ficou claro que o conjunto **TV-FUTEBOL** haviam sido de imenso valor à unidade nacional (LEVER, 1983:98; GONÇALVES, 1985:27).

A AERP, por sua vez não perdeu tempo em explorar o triunfo da Copa: a marcha, **Pra Frente Brasil**, composta para inspirar a seleção durante o mundial, tornou-se um hino oficial do governo Médici, sendo tocado em todos eventos públicos e sendo constantemente transmitida pelas emissoras de TV e rádio. E mais, o governo sobrepôs o seu slogan ufanista **Ninguém segura este país** a uma fotografia de Pelé, em pleno ar, após marcar um gol, espalhando cartazes por todo país (LEVER, 1983:98; SKIDMORE, 1989:223; GONÇALVES,

1985:20). E para que essa chama patriótica não viesse a se extinguir com o tempo, fora idealizado a criação do campeonato nacional que, juntamente com a Loteria Esportiva, deveriam tornar a proposta de unidade nacional do governo ainda mais atrativa.¹⁵

A Loteria Esportiva fora criada um pouco antes, em 1969, pelas autoridades financeiras, afim de produzir receita para o financiamento de programas de governo.¹⁶ Já sendo inclusive, concebida como “*um instrumento para educar os cidadãos e reunir regiões diversificadas numa cultura unificada*” (LEVER, 1983:94), pois havia uma determinação do governo de que os jogos deveriam representar “todas” as regiões do país.¹⁷ A promoção da loteria levou a uma mudança direta na estrutura do futebol nacional. O Estado passou a pressionar a CBD, para que esta instituisse um campeonato nacional, a fim de proporcionar jogos para a loteria durante todo o ano.

Embora esta alegação tenha de fato procedência, encontramos indícios que sugerem que algo mais pode ter motivado essa pressão do Estado. No prefácio de **Introdução à Sociologia dos Desportos**, de Lyra Filho, Gilberto Macedo (na época, professor da Universidade Federal de Alagoas), após destacar a importância social e política do futebol às classes desfavorecidas e enaltecer as forças instintivas e sentimentais presentes nesse esporte, que seriam capazes de promover a unificação do país (posição também defendida pelo autor), ele lança mão da seguinte questão:

...Por que não se emprega esse poderoso sentimento de cutarse emocional para canalizar hostilidades, ressentimentos e agressividades? Por que não serem estimuladas competições regionais e construções de estádios? Como se entende que as nossas Universidades não cuidem de maneira sistemática dessas práticas desportivas para descarregar as tensões psicológicas de uma mocidade ansiosa e frustrada? A disciplina, o sentimento de fraternidade, a participação da vida de grupo... em grande parte adquirem-se, quase espontaneamente, na aceitação das regras do jogo. O sentimento de afirmação do ser, a identificação com os heróis, a possibilidade de projeção social, tudo no desporto contribui para o ajustamento social. (LYRA FILHO, 1973:12) (grifos nossos)¹⁸

¹⁵ Por meio da loteria, o governo estendia aos torcedores a fantasia da mobilidade social. Os torcedores também podiam se tornar milionários como os seus ídolos.

¹⁶ Os lucros eram destinados a assistência nacional (programas de auxílio à idosos, deficientes físicos e órfãos, alfabetização de adultos e saneamento) e o desenvolvimento esportivo (construção de parques públicos, com instalações esportivas).

¹⁷ A intenção do estado, nesse caso, era que a loteria permitisse aos indivíduos semi-analfabetos de uma determinada região, tomassem conhecimento dos estados e cidades de uma outra. Aprendendo sobre o seu país, enquanto tentavam ficar ricos (LEVER, 1983:94).

¹⁸ Devemos ressaltar de que esta obra, produzida pela BIBLIEX, faz parte de uma Coleção especial do Exército (Gen. Benício) e que apesar de Macedo sugerir que a mesma mereça os aplausos dos cientistas, dos intelectuais,

E de fato, esses ideais acabaram por encontrar ressonância no governo, e este passou a promover a ampliação e construção de estádios pelo país (HELAL, 1997:52; LEVER, 1983:11). Concomitante aos progressos no esporte, os progressos na tecnologia nacional no princípio da década de 70, já permitiam a CBD a criação de um verdadeiro campeonato nacional.¹⁹ Da mesma forma que na loteria esportiva, o governo militar esperava que no substrato do campeonato brasileiro estivesse uma maior unidade nacional.

E, mais uma vez, a simbiose entre o futebol e a política manifestou-se sob colorações bem vivas. Tanto que, “...Nos anos 70, o Campeonato Nacional de Futebol teve sua organização orientada pelo então partido majoritário, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que visava vantagens eleitorais.” (PEREIRA, 1980:35-36)

Esta associação entre o futebol e personalidades políticas foi tão importante, que políticos puderam afirmar serem torcedores, mesmo quando não eram. Como exemplo de tal situação, pode-se citar o episódio ocorrido durante a sucessão presidencial de Médici, quando a imprensa ao divulgar os dados biográficos de Geisel pouco conhecido pela população, enfatizou, em ordem de importância, as seguintes informações sobre ele: “...Gaúcho de Bento Gonçalves, 64 anos, torcedor do Internacional em Porto Alegre e do Botafogo no Rio, irmão de dois generais, casado, com uma filha, Ernesto Geisel será o 23º presidente da República.” (LEVER, 1983:92) Geisel nunca fora de fato um torcedor, ou um conhecedor de futebol, o que torna-se evidente na passagem, citada a seguir, de João Saldanha (1985:18):

...Lembro uma vez que o Presidente Geisel, que nunca foi a um campo de futebol, perguntou ao Heleno Nunes: - Como é que vai o futebol. Heleno? E o Heleno respondeu: - Pois é. Presidente, temos jogos quase todos os dias, só não temos nas segundas e sextas-feiras. E ele perguntou: Mas por que não às segundas e sextas?

Portanto, neste caso, identificar-se com um clube popular, ainda que falseadamente, era uma maneira de Geisel se identificar com o povo – como havia feito o seu antecessor.

dos governantes e da juventude”, por sua complexidade e densidade, acreditamos que o seu público alvo, estava desde o início bem definido. E alegações bem semelhantes a estas, se encontram no PLANO ESTADUAL DE ESPORTES do RN, de 1962 (ver FILGUEIRA NETO, 1991:117-181).

¹⁹ A deficiência dos meios de transporte e comunicações e a extensão territorial, foram fortes entraves até então. Antes disso, houve os campeonatos nacionais de seleções (regionalizados), entre 1923-1963; e na década de 50 o

Por ironia, desde que foi implantada a *'militarização no futebol'*, o Brasil passou a vivenciar a sua pior fase. A seleção passou por um longo jejum, sem conseguir títulos expressivos e a desorganização e deformação que acompanhou o campeonato brasileiro, enquanto esteve sob a tutela da ARENA, afastaram o público gradualmente dos estádios.

Em 1975, a situação agravou-se após a aprovação pelo Congresso da lei 6.251, que, entre outras medidas, institucionalizava o "voto unitário" nas federações e confederações. Esse sistema de votação permitiu às ligas interioranas o poder de controlar as federações, impossibilitando que os grandes clubes pudessem se manifestar na organização de um calendário mais moderno para o futebol, tão pouco, regulamentar as competições. O advento do voto unitário proporcionou a ascensão de vários clubes inexpressivos no cenário esportivo nacional,²⁰ tanto que, em 1978, o campeonato nacional chegou a ter o absurdo número de 74 participantes, que, no ano seguinte, seria superado por outra aberração: 94 clubes.

Portanto, se durante o governo militar, em especial, a gestão Médici, o futebol tornou-se um ponto de apoio importante para o Estado deflagrar o seu amplo projeto de comunicação social – utilizando este como um elemento promocional do governo, que ajudou a ilustrar o fictício retrato de um "Brasil Grande" e a encobrir certas mazelas sociais e políticas do país, além de contribuir para a unidade nacional -, o futebol, em contra partida, teve muito pouco (ou nada) para se orgulhar desse período de aliança. Os interesses pessoais e mesquinhos dos políticos acabaram por sucatear a já combatida estrutura do futebol brasileiro, levando, ao final da década de 70, o país a sua segunda crise futebolística (HELAL, 1997).



torneio Rio-SP: em 1967, é que houve um esboço de nacional – uma competição envolvendo 5 estados (LEVER, 1983:95; HELAL, 1997:52).

²⁰ Segundo alguns observadores, a adoção de tal medida teve o cunho político. Pois fazia parte dos planos do governo usar o futebol como uma forma de integração do país e conseguir votos para a ARENA (HELAL, 1997:106).

IV – VOCAÇÃO DE SER GRANDE: Enquanto isso no RN...

Os lazeres, jogos, a busca de derivativos para o trabalho e a vida cotidiana seriam uma necessidade inerente à vida social. Em determinados momentos, todos se tornam homo ludens, segundo a expressão de Huizinga. Uma das funções do Estado consistiria, por conseguinte, em organizar a atividade lúdica do grupo¹.

Roger-Gérard SchwartzZenberg

1 - A criação de uma política desportiva

1.1 – Preliminares

A década de 60 no Rio Grande do Norte, foi marcada por acirradas disputas políticas-cromáticas entre os correligionários de Aluizio Alves (verdes) e os de Dinarte Mariz (vermelhos); pela implantação de projetos educacionais importantes (como o método Paulo Freire de Alfabetização e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler); pela parceria norte-americana junto ao Governo do Estado (a Aliança para o Progresso); pela realização de obras de infra-estrutura que propiciaram o desenvolvimento potiguar (foram criadas, por exemplo, a UFRN, a TELERN, a COSERN, a CAERN e a ponte de Igapó); e pelo “providencial” apoio dos principais líderes políticos do estado, assim como da sociedade civil, ao golpe militar de 64 – que iniciou uma onda de prisões, interrogatórios, torturas, perseguições políticas e cassações. É nesse período atribulado e intempestivo que será formentada a primeira ação política séria em prol do desporto potiguar.²

Durante a administração de Dinarte Mariz, à frente do Governo do Estado (1956-1961), é que foi esboçado um primeiro projeto de grande envergadura: cogitando-se “...a construção de um majestoso conjunto olimpico – obra impar no país – de custo elevado, belo e imponente” (FILGUEIRA NETO, 1991:177). mas esse acabou ficando estagnado até o final de seu governo, quando este promoveu a doação do terreno da Lagoa Nova à FND (Federação

¹ SHWARTZENBERG, Roger-gérard. *O Estado espetáculo*. 1978. p.287.

² Antes desta década, foram pouquíssimas as ações promovidas pelo poder público à favor dos esportes. Dignos de registro, apenas os nomes de dois pioneiros: Juvenal Lamartine, que construiu o estádio de futebol que hoje ostenta o seu nome (JL), e Sílvia Pedrosa, um “autêntico desportista” (MACHADO, 1993:66), incentivador e praticante do esporte amador, foi o responsável pela construção do primeiro ginásio coberto do Norte-Nordeste (que também levou o seu nome).

Norte Rigrandense de Desporto), para a futura construção de um estádio olímpico. Quando Djalma Maranhão em 1960, assumiu a prefeitura, tiveram inícios os primeiros passos para a realização da obra (cercamento do terreno, a terraplanagem e a implantação do canteiro de serviços), mas, com o seu afastamento em 1964, por problemas políticos³, esta foi novamente adiada (DIÁRIO DE NATAL, 16/6/72:6).

Eis que surgem nesse instante, aqueles que dariam o “sopro de vida” ao já combalido projeto: os “arcanjos” Aluizio e Agnelo Alves.

Aluizio, em 1962, antes de se tornar o “déspota esclarecido” pós-64⁴, promoveu a criação de um plano de assistência aos esportes, o primeiro de nosso Estado. Movido por seu “elevado espírito público” e “comovido” com o estado em que se encontrava os desportos potiguares, ele chamou para si a responsabilidade de “revitalização” destes. Para tanto, apresentou ao Governo Federal o seu “Plano Estadual dos Esportes”, recheado de objetivos “altruístas” e de reivindicações e cobranças ao Governo. Seguem-se algumas passagens “pitorescas” do texto apológico, redigido pelo presidente da recém criada Assessoria de Esportes do governo estadual, Humberto Nesi:⁵

O governador das esperanças de um povo pobre e sofredor está dando um grande passo. Não teme os riscos da empresa porque alimenta o seu espírito lícido de vontade indômita de servir. Tem Deus e o povo ao seu lado. Não se exaure no trabalho que é uma constante na sua vida e uma característica na sua personalidade. Quer fazer e faz. Não tem a compleição atlética para sobraçar o peso das grandes responsabilidades assumidas mas desvendou ao Rio Grande do Norte e ao Brasil uma gigantesca capacidade de administrar. Embuido de boas intenções e de magníficos propósitos para com o povo e a terra onde nasceu, sem ódio e sem rancores, austero e honrado, dinâmico, desconhecendo canseiras para melhor corresponder à confiança e aos anseios de quantos vivem nesta esquecida parte da região nordestina, precisa, apenas mais do que nunca, de estímulo, ajuda e compreensão. (Apud FILGUEIRA NETO, 1991:178)

Após a sublimação da figura do governador, Nesi parte para ressaltar a importância primordial que o esporte assume na sociedade moderna, em especial, como instrumento de dominação pedagógica e de adestramento social:

³ Por ter assumido uma posição contrária ao “golpe”, chegando inclusive, a conclamar a população, a se aliarem a prefeitura em resistência aos golpistas, Djalma Maranhão e toda a sua equipe de assessores foram perseguidos e presos pela ditadura. (CRUZ, 1997; NETTO, 1997)

⁴ Após a consumação do “golpe”, Aluizio convenientemente tomou partido em favor dos golpistas, dando início de imediato a instauração de inúmeros inqueritos policial militar (IPM), que na verdade, nada mais eram, do que atos de perseguição e punição a seus adversários políticos. (CRUZ, 1997:33)

⁵ O texto na íntegra encontra-se publicado na obra de Procópio Neto, *Os esportes em Natal*, p. 177-188.

A hora vivida no mundo atual é de permanente apreensão diante uma mocidade irrequieta, insatisfeita, rebelde e transviada. A questão social criada exige do governante uma especial, imediata e desmedida atenção... Entende o govêrno deste Estado que a prática dos esportes bem orientada e difundida afasta os moços dos males e vícios e ensina-lhes o caminho de uma vida verdadeiramente feliz, desde que os discipline, ministrando-lhes o sentido de equipe e de solidariedade humana, dando-lhes senso patriótico e cívico, tornando-lhes fortes de corpo e de espírito, fazendo-os decididos e puros, inculcando-lhes ponderável noção de responsabilidade e os adestrando para a luta pela vida. Por isso, elabora um programa de amparo aos esportes à altura das mínimas necessidades, visualizando não só a moralização dos costumes de uma juventude que se perde na corrupção e ameaça a estrutura social da Nação como o fortalecimento da raça brasileira. (Apud FILGUEIRA NETO, 1991:179-180) (grifos nossos)

Dessa feita, o Governo do Estado pretendia com a cooperação financeira do poder central da União “...iniciar a escalada do progresso” do esporte potiguar, “...buscando alcançar os índices atingidos pelos nossos patricios do sul.” (Apud FILGUEIRA NETO, 1991:180) Mas adiante critica-se a ineficiência do CND e exige-se o cumprimento do compromisso assumido em 1941:

O decreto-lei nº 3.199, de 14/4/41, oficializou os desportos nacionais. Com ele, instalou-se o Conselho Nacional de Desportos que, nesses vinte anos, pouco ou nada de positivo criou no campo das suas atribuições, senão severas e rígidas normas desportivas que encheram de obrigações nossas entidades especializadas sem, todavia, em retribuição, ampará-las para um trabalho sistematizado que propiciasse o desenvolvimento esportivo brasileiro. Distribuiu subvenções e auxílios fora de um critério equânime, beneficiando confederações e federações, para esquecer os clubes que são indubitavelmente, a célula mater dos desportos nacionais e os núcleos de formação atlética da juventude, deixou, praticamente, no ostracismo o desporto amador, malsinando o espírito do citado diploma legal. (Apud FILGUEIRA NETO, 1991:180) (grifos nossos).

Reformar o estádio JL, e patrocinar a construção de um estádio olímpico, eram algumas das prioridades deste projeto. E que, embora tenha sido criado e regulamentado no ano de 1962, a criação de um Fundo Estadual de Esportes, dez anos mais tarde, por Cortez Pereira, com justificativas e objetivos bem semelhantes ao “Plano aluizista”, leva-nos a concluir que muito pouco deste, foi posto realmente em prática.

Nos anos que se seguiram Aluizio passou a ser atacado incessantemente por seu arqui-rival Dinarte Mariz que o acusava de desonestidade, e tentava a todo custo tornar público os desvios das finanças governamentais. Isso contudo não o impossibilitou de reeleger o seu sucessor, Monsenhor Walfredo Gurgel, nas eleições de 1965, derrotando exatamente o

próprio Dinarte. As irregularidades de sua administração só viriam à tona em 1969, o que resultou na cassação de seus direitos políticos, pelo Governo Federal, deixando-o fora da política até as eleições de 1982.

Assim sendo, a “tocha olímpica” esportiva foi passada às mãos de seu irmão Agnelo Alves, que resolveu enfrentar o desafio da construção do estádio de frente – tornando este, a obra prioritária da prefeitura:

“Com a finalidade de construir, administrar e manter praças desportivas, bem assim de incrementar a prática dos esportes em geral, foi criada pela Lei Municipal 1.557 de 22 de agosto de 1966, a Fundação de Esportes de Natal, e seu estatuto aprovado com o decreto 881 de 1º de março de 1967 do prefeito Agnelo Alves, entrando em vigor no dia 7 de março quando da publicação do Diário Oficial do Município.” (FILGUEIRA NETO, 1991:151) (grifos nossos)

Sob a alegação de que a cidade necessitava de um estádio a altura do seu progresso e devido aos possíveis reclamos da população desportista que ansejava por uma praça esportiva com melhores e maiores acomodações, o Conselho dirigente da FENAT, entendeu que a construção de um estádio se sobrepunha aos demais objetivos da fundação. Para tanto, contou com o apoio da FND, que, após várias tentativas infrutíferas de construir um estádio, acabou optando pela doação do terreno recebido por Dinarte Mariz à FENAT – doação legalizada em outubro de 1969.

Afim de alocar maiores recursos para essa empreitada, a FENAT encaminhou à Câmara Municipal, uma exposição de motivos (objetivo da obra, andamento dos trabalhos, capacidade do estádio, etc.), visando, persuadir os vereadores a tomarem partido, à favor da construção do estádio – já em andamento. O sonho de tornar o estado num grande centro esportivo, foi uma das principais alegações, recorridas nesta exposição:

O estádio municipal de Natal será o terceiro do Brasil em capacidade depois do Maracanã e Mineirão. Abrigará 40.000 espectadores quando concluído. É dispensável, pelos motivos diariamente debatidos pela imprensa, comentar a importância do estádio para a vida esportiva do Rio Grande do Norte. Uma lembrança, uma comparação, entretanto, deve vir à tona. Todos sabem do impulso tomado pelas atividades de Minas Gerais depois da construção do estádio de Belo Horizonte, colocando aquele Estado ao lado dos grandes centros desportivos do país. O mesmo deverá ocorrer com o Rio Grande do Norte, pois o estádio não é apenas uma obra para Natal, desde que o atrofamento das atividades desportivas local é dado como

*conseqüência das limitações impostas pela precariedade das praças existentes.*⁶ (Apud FILGUEIRA NETO, 1991:153)

Dessa feita Agnelo pois em prática a edificação do “Colosso da Lagoa Nova”, dentro das limitações orçamentárias da receita municipal, e sem o luxo e o esplendor do plano original criado em 1956, durante o governo Dinarte Mariz. Sendo considerado “*o dinamo propulsor*” da primeira etapa do estádio. (GARCIA, 1992:20)

Após o falecimento do ex-presidente Castelo Branco, em julho de 67, a Câmara Municipal resolveu homenageá-lo, dando-lhe seu nome ao futuro estádio da Lagoa Nova (FILGUEIRA NETO, 1991:217). Esta decisão criou uma grande polêmica, pois “...*o chefe do golpe militar de 64, nada fez para merecer este laurel, pelo menos em serviços prestados ao Estado norte-riograndense. Desportista, também não. No mapa do elefante..., de Norte a Sul, de Leste a Oeste, nenhuma obra o teve como inspirador ou mandante.*” (GARCIA, 1992:19) Nos dizeres de José A. Garcia, ao contrário dos outros “Castelões” “...*O daqui apelidaram de Castelão, numa homenagem típica de puxa-saquismo provinciano estéril.*” (1992:19) O mesmo já tendo ocorrido, anos antes, quando os “*lacaio palacianos*”, batizaram a Ponte de Igapó de Costa e Silva, fato que não empolgou o povo, que continuou a chamá-la da mesma forma.

“*Com a saída do prefeito Agnelo Alves, as obras foram paralizadas e chegou-se a dividir de sua continuidade.*” (RN ECONÔMICO, maio, 1972:38) Somente a partir de 1971 é que o novo prefeito Ubiratan Galvão (já contando com o apoio do Governo do Estado), tornaria o estádio uma obra prioritária. Embora tenha se mostrado decidido, e tenha declarado que concluiria o mesmo, até os primeiros meses de 1972 (RN ECONÔMICO, nov/dez. 1971:37), este não suportou as pressões do cargo, e acabou por renunciar à prefeitura – o que gerou especulação sobre uma nova paralisação. Assumindo o seu lugar, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, que prometeu dar toda ênfase ao andamento e conclusão da obra. Mas caberia a Cortez Pereira o apoio definitivo para tornar o “Lagoão”, realidade.

1.2 – A Era Castelão

⁶ A superficialidade e fragilidade dos argumentos usados pela FENAT, demonstram o nível de desconhecimento das causas reais do atrofamento do desporto local. Não seria apenas a construção de um estádio olímpico, que

As inúmeras mudanças políticas, seguidas por paralizações, adiaram a conclusão do Estádio Olímpico Municipal, iniciada em junho de 1967. Foram tantas as interrupções que o idealizador da obra, o arquiteto Moacyr Gomes, em entrevista exclusiva ao Diário de Natal (16/6/1972:6), confessou que chegou a desanimar quanto ao futuro de sua criação: “*Não é que desacreditasse nos homens políticos nem na capacidade de cada um, mas confesso que não acreditava, em vida, pudesse ver um dia o estádio da Lagoa Nova pronto*”. Segundo ele, foi somente a partir das administrações de Ubiratan Galvão e Jorge Ivan C. Rodrigues, que o projeto ganhou credibilidade. O momento nacional também era o mais propício, afinal estava-se “*...naquela fase áurea de 70, após a “canarinho” sagrar-se tricampeã, todo governador, prefeito ou seja lá o que fosse, planejava construir um estádio, para perpetuar a pujança do futebol verde-amarelo*” (GARCIA, 1992:19) – entre outros “benefícios”. E é dentro desse quadro que se encaixa a figura do governador Cortez Pereira, trazendo a apoio final para a conclusão da obra.

Eleito indiretamente em 3 de outubro de 1970, pela Assembléia Legislativa Estadual, Cortez Pereira deu início ao chamado “ciclo biônico” dos governadores potiguares (que se estenderia por doze anos). Segundo o jornalista João Batista Machado (1995) a princípio, Cortez não fora o candidato mais cogitado a assumir o cargo, pois não possuía apoio político para tanto. ao contrário de seu concorrente direto, o ex-senador Dix-huit Rosado, que além de ser à época presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), contava com o apoio ostensivo do senador Dinarte Mariz, “*delegado do movimento de 31 de março no Rio Grande do Norte*”. O que acabou pesando em seu favor foi a “*corrente pra frente*” (MACHADO, 1995:22) que formou-se em torno de seu nome, iniciada pelo “*Grupo Nordeste*”⁷, além do “diagnóstico” favorável do relatório elaborado pelo deputado federal Rondon Pacheco⁸ (MG) -, um coordenador político, enviado pelo Governo Federal para acompanhar o processo eleitoral potiguar.

E pelo que pudemos perceber nas primeiras edições do RN-Econômico (1970-71), a sua escolha foi de fato muito bem recebida, tanto pelos setores políticos locais, como pelas

viria solucionar este problema. Ações mais efetivas deveriam ser desenvolvidas, afim de suprir as carências nas áreas de infra-estrutura do esporte – como o próprio “Plano de Assistência” de Aluizio. prêvia.

⁷ Movimento formado por banqueiros, empresários e militares. para decidir os problemas da região num fórum organizado.



lideranças da classe empresarial. Estes, em especial, viam na figura de Cortez “...um companheiro de lutas em favor do desenvolvimento econômico e social de nossa terra”, o único capaz de promover um governo de coalisão, onde não mais viessem “...a imperar as ‘côres’ políticas que a muito tempo puseram em vigor no RN a mentalidade pastoril dividindo nossas forças e cavando barreiras de ódio entre nosso povo.” (RN ECONÔMICO, jun. 1970:3)

Dessa maneira “aclamado” pela opinião pública, Cortez Pereira assumiu a direção daquele que era o Estado mais pobre da federação (CHAUI, 1994:63), e que teria de caminhar em passos largos para tentar acompanhar a dinâmica do “Brasil grande”.

Para por em prática os seus planos e diretrizes de trabalho, visando tornar o “supermercado de necessidades”⁹ em um estado mais próspero, o governador biônico passou a recrutar “...o que de melhor tinha o Rio Grande do Norte em qualificação profissional, quase todos os secretários e técnicos oriundos da UFRN” (MACHADO, 1993:79) – era a tecnocracia potiguar tomando forma. E apesar das grandes dificuldades financeiras, segundo João B. Machado, seu governo “ciborgue” “...foi um dos mais criativos e férteis do Rio Grande do Norte...” promovendo a criação e implantação de vários projetos importantes¹⁰.

Mas se no plano das realizações administrativas o governo Cortez foi bastante “sortido”, no plano político ele seria o mais agitado de até então. A unanimidade inicial logo desaparecera, dando lugar a uma série de crises políticas e militares, muitas das quais repercutiram nacionalmente – como o caso da demissão de seu sobrinho–prefeito Ubiratan Galvão e o seu desentendimento com o chefe do gabinete civil, o “poderoso” General Golberg do Couto e Silva¹¹

Portanto, por “coincidência” ou não, uma vez mais, num período intempestivo da política local, seria promovido uma política de auxílio ao esporte local. Dessa feita, “...pelas mãos generosas, fecundas e dinâmicas de um governador atento as reivindicações e solicitações populares” (A REPÚBLICA, 7/6/1972:1) teria início o resgate do futebol potiguar.

⁸ Em seu parecer, o mesmo relatou que o nome de Cortez era o único que não sofria objeções ou vetos das lideranças políticas consultadas.

⁹ Termo utilizado pelo próprio Cortez, para definir a situação do Estado, onde as necessidades eram maiores do que os recursos orçamentais. (RN ECONÔMICO, ago. 1970:3)

¹⁰ Destacando-se: as Vilas-Rurais, o Boqueirão, o Bicho-da-Seda, o Camarão, a Serra do Mel, a Burreilha, etc.

Cortez Pereira fez questão de chamar para si a responsabilidade pelo término da construção do estádio municipal “Castelão” – e posteriormente pela revitalização do desporto potiguar –, tornando público, inclusive, suas “nobres intenções esportivas”, perante a imprensa nacional que aqui se encontrava durante a realização da “Taça Independência”¹². Consciente da importância e da repercussão desse evento, tanto em âmbito nacional como internacional (pois as partidas eram retransmitidas aos países participantes), o governador “ciborgue” assumiu a condição de promotor-anfitrião do evento, promovendo recepções as delegações estrangeiras que aqui estiveram (Portugal, Equador, Irlanda e Chile). Na primeira delas, destinada as seleções de Portugal e Equador, aproveitou o ensejo para sancionar a lei que criava o **Fundo Estadual de Esportes do Rio Grande do Norte (FEERN)**, cujo objetivo principal era o de “...transformar o nosso desporto em um dos maiores do Brasil.” (A REPÚBLICA, 10/6/1972:7)

Antes disso, quando da inauguração do estádio, Cortez já havia declarado que embora tivesse assumido a iniciativa de ajudar a prefeitura no término do estádio, esta ação de nada adiantaria “...caso o nosso futebol continuasse o mesmo de antes, com todos os problemas”, por isso resolvera promover um projeto que possibilitasse “...o soerguimento dos nossos clubes e a consecução de um serviço de infra-estrutura ao futebol potiguar.” (RN ECONÔMICO, maio. 1972:40) O FEERN pretendia agregar todos os clubes profissionais do estado, estudando as diferenças e dificuldades de cada um, procurando solucioná-las no menor tempo possível. Caberia ao governo ainda, custear empréstimos às equipes, que seriam pagos por meio do parcelamento de prestações, na medida que o lucro das rendas dos jogos, as permitissem. Visava ainda a promoção de torneios esportivos, nos quais o governo se comprometia a entregar bons prêmios aos campeões, tudo com um único objetivo: “...fazer do futebol potiguar um dos melhores do Nordeste.” (RN ECONÔMICO, maio. 1972:40)

Entusiasmado pela excepcional participação do público natalense nos dois primeiros jogos realizados no “Castelão”, o governador se pronunciou através de uma cadeia de rádios, conclamando o público potiguar a repetir o mesmo êxito de comparecimento e arrecadação da 1ª rodada da TI (Taça Independência), entre Portugal e Equador. Em seu

¹¹ Por questões de discordância sobre o projeto de colonização rural, implantada no RN.

¹² Natal fora indicada para ser uma sub-sede da Taça do Sesquicentenário da Independência do Brasil, promovida pela CBD, graças a ação do presidente da FND, João Cláudio Machado e do apoio do Governo do Estado.

pronunciamento “...incentivou aos empresários, estudantes e operários para mostrar a todo o Brasil, como o Estádio da Lagoa Nova, mudou o panorama do futebol potiguar”. E para que seu “...apelo fosse seguido por todos, Cortez autorizou aos presidentes de sociedades de economia mistas e de bancos oficiais do Estado a adquirirem ingressos e distribuissem com seus funcionários” (A REPÚBLICA, 14/6/1972:1). O exemplo do governo estava dado. E algumas indústrias e comércios se comprometeram em encerrar os expedientes mais cedo durante a TI.

E de fato o público continuou a prestigiar a competição, não com a dimensão esperada, pelo Governo do Estado (pois os preços dos ingressos eram exorbitantes), mas muito superior as demais sub-redes do torneio. Tanto que as rendas potiguares passaram a chamar a atenção do então presidente da CBD, João Havelange.¹³ (DIÁRIO DE NATAL, 13/6/1972:9)

Com a cobertura via-satélite (pela Embratel), as imagens dos jogos e do estádio eram enviadas “para todo o mundo”. Os mais famosos locutores e comentaristas esportivos do país e do exterior, passaram por nossa cidade, sempre fazendo “...os maiores elogios à cidade, ao povo em geral, e principalmente, a beleza do grandioso estádio.” (A REPÚBLICA, 15/6/1972:7) Dentre estes, o comentário do crônista esportivo e ex-técnico da Seleção, João Saldanha, foi o que mais repercutiu na imprensa local e nacional. Logo após a primeira partida da TI, ele publicou em sua coluna no jornal O Globo:

Bom jogo realizado no estádio mais bonito do Brasil e, penso, o de melhor concepção arquitetônica. Magníficas acomodações para o público da arquibancada e geral, o que não é comum em nossos estádios, que nem sempre conseguem dar conforto e comodidade ao seu público pagante. Quando completado ficará uma obra prima. De qualquer parte se vê a partida e a entrada e saída do público são feitas por rampas que permitem um escoamento rápido e sem atropelos (A REPÚBLICA, 14/6/1972:1).

A coroação do estádio da Lagoa Nova e a redenção do futebol norte-riograndense, não tardariam, e em julho de 1972, o ABC era “convidado” a participar da elite nacional de clubes. O Rio Grande do Norte e o futebol potiguar jamais seriam os mesmos. Fazíamos enfim, parte do “Brasil-potencial-do-futuro,” ufanista, nacionalista e desportista.

E de fato a edificação do “Colosso da Lagoa Nova”, do “Poema de concreto armado”, trouxe várias repercussões socioculturais a capital do Estado. Em primeiro lugar, a

cidade nos meados dos anos 70, se ressentia de locais de lazer para sua população, o estádio acabou a princípio suprindo essa carência e alterando os hábitos dos natalenses, tornando-se o “programa obrigatório” das noites de quarta-feira e finais de semana. (JULIÃO, 1983:11)

Propiciou o aparecimento de um novo público (mulheres e crianças), antes discriminado no JL. Criou ainda uma série de novos empregos diretos e indiretos em torno do estádio. E catapultou o futebol potiguar, que se viu obrigado a abandonar a mentalidade amadorística reinante, passando a contratar profissionais dos grandes centros do país (jogadores, técnicos, preparadores físicos...). E a ascensão do futebol, impulsionou e valorizou de uma forma destacada o rádio esportivo local, que acabou assumindo uma feição mais empresarial – propiciando a formação de equipes esportivas em cada um dos prefixos existentes e a importação de mais profissionais e materiais técnicos. (JULIÃO, 1983:9)

O estádio também foi palco de vários “embates” políticos–estéreis. Podemos citar uma série de pequenos episódios onde o ludismo esportivo deu lugar a mesquinhez do jogo político. O primeiro se deu durante o ato da inauguração do estádio, quando providencialmente foram esquecidas pelo Governo do Estado, os convites de membros da oposição como Agnelo Alves e do ex-presidente da FENAT, Ernani Silveira (nomeado na gestão de Agnelo) (GARCIA, 1992:20). A imprensa escrita e falada, valendo-se do futebol como pretexto, acabou promovendo acirradas disputas político-partidárias. Nas ondas dos rádios, a guerra entre os prefixos, em especial as Rádio Nordeste e a Cabugi, repercutia as implicações políticas de seus fundadores, os “*eternos inimigos*” (JULIÃO, 1983:9) Dinarte Mariz e Aluizio Alves (respectivamente). As equipes esportivas chegaram a se “degladiar” em campo, na ânsia de uma melhor cobertura. Já na imprensa escrita, encontramos outras evidências desse “atrito”, enquanto os jornais Diário de Natal e A República (entre maio e julho de 1972), batizavam o “Castelão”, inicialmente como “O Lagoão”, o jornal de oposição e de propriedade da família Alves, A Tribuna do Norte (no mesmo período), insistia em atribuir ao mesmo o vulgo de “Agnelão”, em alusão aos feitos de Agnelo, em prol do estádio. Portanto como se evidencia, as relações entre o futebol e a política local, refletiam o panorama nacional.

¹³ Este fator acabou pesando na hora da escolha do 26º participante do campeonato nacional daquele ano. Dois estados pleiteavam esta vaga (SC e PR), porém, a decisão da CBD foi em favor do RN, tendo em vista os resultados financeiros obtidos aqui, durante a TI (DIÁRIO DE NATAL, 25/7/1972:1)

E por fim, em 19 de julho de 1973, o governador Cortez Pereira, selaria a simbiose esporte-poder-potiguar, regulamentando o Fundo Estadual dos Esportes, por meio do decreto 6.107.

Podemos então, perceber, nitidamente, que existiu de fato durante o período militar no RN, uma dupla-tentativa de implantação de uma política desportiva, em vários aspectos muito similar a adotada pela ditadura pós-64.

O “plano aluizista” recorre frequentemente, no decorrer de sua argumentação ao Governo Federal, ao uso de vários termos e alegações que estariam presentes tanto na obra **Introdução à Sociologia dos Desportos** (citado no capítulo anterior), como no próprio discurso pedagógico do **Plano de Educação Física e Desportos**: “adestrar” a “mocidade irriquieta”, afastando-lhes dos males e vicissitudes sociais, impondo-lhes a “disciplina” para que assim, sejam salvaguardadas as fontes vivas da nacionalidade (civismo, patriotismo). O nobre ideal romano “*mens sana in corpore sano*”, que tornou-se o estandarte da política-desportista-ditatorial dos anos 60 e 70, estão bem fundamentados no plano aluizista.

O de Cortez, por outro lado, sob esse aspecto “pedagógico” é bem mais brando. Preferindo uma postura mais “esportiva” e ao mesmo tempo utópica. Tornar um estado pobre economicamente numa potência no plano esportivo nacional.

Mas embora existam esses fortes e pertinentes indícios, não nos foi possível avaliar a repercussão de tais projetos (se é que estes foram realmente efetivados). A ausência de fontes oficiais do Estado durante a gestão de Aluizio e o fato de não termos tido acesso as mensagens presidenciais ao Rio Grande do Norte no período (existentes no Arquivo Público), nos impediu de termos uma noção de continuidade deste projeto. Teria o Governo Federal se “comovido” com as reivindicações potiguares? E se o fez, em que obras foram empregados tais recursos? Teria esse projeto idealizado em 1962, sido “engavetado” pós-64?

A criação de uma nova versão dez anos mais tarde, demonstra que a situação do esporte continuava a mesma (fato comprovado pelos periódicos do período). Como o nosso estudo foi paralizado até os meados de 1973, não podemos medir a repercussão deste último projeto. Embora por “autoditatismo”, ou como diria Lever, por “especulação de cadeira”, desconhecemos qualquer tipo de “benéfica estatal” de vulto em prol do nosso esporte até a década de 90. Indícios foram levantados e interrogações pairam no ar, caberá agora a futuros pesquisadores darem continuidade, ou simplesmente, contradizerem nossas “deduções”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfo do meu passado."

Mário de Andrade¹

Na etapa das considerações finais, vale retomar os resultados parciais apresentados no decorrer deste trabalho. Muitos foram os problemas levantados, mas nem sempre se obteve respostas cabais às questões formuladas, especialmente no tocante ao caso potiguar. E por vários motivos. Entre eles, a falta de interesse dos "intelectuais" potiguares em relação ao tema e a dificuldade na obtenção de fontes. Por esta razão, não temos aqui a pretensão de levantarmos falsos indícios, tão pouco, especularmos sobre a relação futebol-poder em nosso estado - embora à nível nacional o nosso estudo tenha revelado algumas "verdades" latentes a respeito desta "cordial" relação. Começamos, então, por resumir os resultados deste trabalho:

Em primeiro lugar, buscamos comprovar que a natureza do futebol, enquanto "instituição" social (ou bem cultural) esta longe de poder ser considerada tão pura, lúdica, espontânea e popular, como possa parecer atualmente ao senso comum. Quando o futebol abandonou o seu caráter maginal, tornando-se um *sport*, tal mudança não ocorreu ao acaso, nem de forma abrupta, ela foi promovida e dirigida pelo Estado (inglês), com fins bem definidos e delimitados: o ajustamento social dos jovens reformistas. A "revolução esportiva" idealizada por Thomas Arnold, era muito mais social do que propriamente esportiva. No caso brasileiro, embora esta tenha tido a princípio uma conotação distinta (de um evento social, associado as festividades da elite), logo o Estado e a iniciativa privada seguiram o exemplo britânico, e chamaram para si a função de difundir o esporte².

O segundo ponto esta intimamente relacionado ao anterior. Diz respeito a existência de uma relação "simbiótica" entre o esporte e o poder. Para tanto, demonstramos várias evidências de um relacionamento onde prevalecera a troca recíproca de benefícios entre o poder político e a bola. Curiosamente, comprovamos que tanto os regimes ditatoriais (Vargas e Médici), como os democráticos, consideraram o esporte como uma atividade

¹ Apud MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974). 1977 (folha de rosto).

² Embora o caráter de disseminação do futebol pelo país (dos clubes de várzeas à interiorização) tenha seguido uma linha realmente espontânea, através da chamada "pelada", as camadas populares só tiveram acesso e

importante e procuraram estimulá-lo. Esta ampla aceitação conduziu o futebol para o uso político em todos os níveis e formas possíveis. Tornando-o, inclusive, por muitas vezes, um meio de propaganda governamental e um instrumento para se alcançar a tão sonhada integração nacional³.

Já no âmbito local, pudemos perceber pelas evidências levantadas, que, de fato, o Rio Grande do Norte nas décadas de 60 e 70, esteve inserido dentro da tendência de “estímulo” ao esporte, que marcou todo esse período. Com Aluizio Alves, existem indícios reais dentro de seu “Plano de Assistência aos Esportes” (PAE), de uma política esportiva intervencionista, similar a instaurada pelo Governo Federal. Sob a alegação de se revitalizar o desporto local, o então, “governador das esperanças perdidas”, reproduziu quase que textualmente os argumentos federais. O “Fundo Estadual de Esportes” (FEE), do governo Cortez Pereira, por sua vez, repete as mesmas justificativas e objetivos do plano anterior, com duas sutis diferenças: em nenhum momento, o texto do FEE, ou o próprio Cortez, valeram-se das argumentações de “ajustamento social”, bastante presentes no plano aluizista,³ e outra peculiaridade, diz respeito a alocação de recursos para a viabilização dos projetos. Enquanto o PAE, recorre ao auxílio do Governo Federal, como única instância de arrecadação financeira, o FEE, tem no Governo do Estado o seu principal provedor, além de sugerir uma parceria com a iniciativa privada, visando a arrecadação de benefícios ao Fundo e a promoção e exploração de eventos esportivos (inclusive, internacionais).

Neste aspecto, podemos concluir que o RN, realmente caminhou de forma linear e paralela à política estatal de incentivos aos desportos. Quanto à implantação destes projetos e suas conseqüentes repercussões não estado, as lacunas existentes e os intempéries desta pesquisa, não nos permitiram a obtenção de tais resultados.

Fica claro que o tema necessita de novas e mais profundas explicações. Novas monografias são fundamentais para que isso ocorra, sobretudo, fundamentadas em fontes primárias e/ou fontes orais. Entretanto isso não quer dizer que a bibliografia (nacional)

conhecimento ao “novo esporte”, somente depois que este foi introduzido nos currículos escolares e tornou-se o “lazer” dos operários das fábricas.

³ Pois “...Através do futebol a sociedade brasileira experimenta um sentido singular de totalidade e unidade, revestindo-se de uma universalidade capaz de mobilizar e gerar paixões em milhões de pessoas. É nesse universo que observamos, com freqüência, indivíduos cuja diversidade está estabelecida pelas normas econômicas e sociais da sociedade se transformarem em “iguais” através de um sistema de comunicação que os leva a abraços e conversas informais nos estádios, ruas, praias e escritórios. (HELAL, 1997:25).

existente esteja exaurida. Ao contrário, são contribuições valiosas e necessárias, que carecem de uma releitura crítica.

Nessa perspectiva, o presente trabalho terá atingido seu objetivo se conseguiu despertar no leitor, curiosidades sobre o assunto e, se vier a servir como ponto de referência à estudos posteriores.

O que fizemos basicamente neste trabalho, foi sugerir a todos um novo caminho de análise e interpretação do desporto (local e nacional). O futebol é um tema muito rico e abrangente, podendo ser abordado por vários ângulos, e este é apenas um deles. Desta maneira, a sugestão do caminho foi feita, a maneira de trilhá-lo (ou não), constituirá uma tarefa de cada um.

ANEXO

AUTOR E OBRA	CONTEÚDO	LOCAL	CÓDIGO	QUANTIDADE
ALBUQUERQUE, Almir. Eu e o futebol.	Biografia do jogador Pernambuco	BMCM ¹	797 ALB EU	1 ex.
BARROS, José M. de Almeida. Futebol - porque foi...por que não foi.	Críticas e comentários sobre a crise do futebol atual.	BDEF ²	B 277	1 ex.
CASTRO, Silvio. Futebol brasileiro bicampeão do mundo.	* Consta no catálogo, mas não se encontrava na estante.	BECC ³	796.33 c3557	1 ex.
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL.	Histórico ilustrado (conteúdo superficial)	BECC/ BMCM	796.3314 c78h/ 797 CBF HIS	1 ex. / 1 ex.
DIEGUEZ, Gilda Karft (org). Esporte e Poder.	Coletânea de artigos que abordam as relações entre os esportes e os vários tipos de poder.	BDEF	D539	1 ex.
FILHO, Mário. Histórias do Flamengo.	* Consta no catálogo, mas não se encontrava na estante.	BECC	367 M314h	2 ex.
FONTENELE, Airton S. Brasil na Copa América.	Histórico	BECC	796.33 F683b	4 ex.
FILGUEIRA NETO, José P. Os esportes em Natal.	Histórico documental	BECC	796.09813 F478c	2 ex.
GARCIA, José A. Gol de placa: memórias esportivas.	Crônicas e comentários	BDEF	M528	1 ex.
LYRA FILHO, João. Introdução à Sociologia dos desportos.	Sociologia	BECC/ BMCM	796.01 L99i/ 796 LYR INT	8 ex. / 2 ex.

¹ BMCM - Biblioteca Municipal de Ceará-Mirim

² BDEF - Biblioteca do Departamento de Educação Física (UFRN).

³ BECC - Biblioteca Estadual Câmara Cascudo



MARINHO, Inezil A. História da Educação Física no Brasil.	Histórico	BCZM ⁴	796.4(81) (091) M337h	9 ex.
MAZZONI, Tomás. História do Futebol brasileiro.	Histórico	BCZM	79633(80) (091) M478h	1 ex.
MÉDICI, Emílio G. A compreensão do povo.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	320.981 M489c	?
_____, A verdadeira paz.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC/ BCZM	351.81 M489v/ 32(81)(042) M489v	? / 2 ex.
_____, Mensagens ao Congresso Nacional.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	328.362 M489m	?
_____, Nova consciência do Brasil.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC/ BCZM	354.81 M489n/ 32(81)(042) M489n	? / 30
_____, Os ânimos construtores.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	350.0035 M489m	?
_____, O jogo da verdade.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	350.0035 M489j	?
_____, O sinal do amanhã.	Pronunciamentos Presidenciais	BCZM	32(81)(042) M489s	2 ex.
_____, Os vínculos da fraternidade.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	350.0035 M489v	?
_____, Tarefa de todos nós.	Pronunciamentos Presidenciais	BECC	B869.5 M489t	?
NASCIMENTO, Edson A. Jogando com Pelé.	Histórico técnico	BECC	796.334028 N244j	2 ex.
NOGUEIRA, Armando. Bola na rede.	Crônicas	BECC	796 N778b – 2ed	1 ex.
NOGUEIRA, Manuel L. Esboço histórico do futebol mossoroense.	Histórico	BECC/ ABRN ⁵	79609813 F478e/ 221	3 ex. / 1 ex.
NOVAES, Carlos E. Mengo: uma odisséia no oriente.	Crônicas e “estórias” cômicas	BECC	796.33 N935m	1 ex.
MILAN, Betty. O país da bola.	Sociologia	BECC	796.330.981 M637b	1 ex.
PEDROSA, Milton. De apito na bola.	Depoimentos e crônicas	BECC	796.33 S111a	2 ex.

⁴ BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN)

⁵ ABRN – Arquivo Bibliográfico Rio Grande do Norte (CCHLA-UFRN)

_____, Gol de letra.	Antologia de crônicas, poemas, contos, etc.	BECC	796.33 P37g	1 ex.
_____, Na boca do túnel.	Depoimentos	BECC	796.33 N111n	4 ex.
PINHEIRO, Domicio. Era Pelé.	Histórico - fotográfico	BECC	927 P654e	1 ex.
PROENÇA, Ivan. Futebol e palavra.	Terminologias, "estórias", artigos e crônicas	BECC	796.33 P962f	2 ex.
RODRIGUES, Nelson. Fla-Flu...e as multidões despertaram.	Histórico - fotográfico	BECC	796 R696f	1 ex.
SALDANHA, João. Subterrâneos do futebol.	"causos" e crônicas	BMCM	796 SAL SUB	1 ex.
_____, O futebol.	Histórico	BECC/ BMCM	F796.332 S162f/ 797 Z25h	2 ex. / 3 ex.
ZAMORA, Pedro. A hora e a vez de João Saldanha.	História da seleção em Copas e biografia de Saldanha.	BECC	796.33 Z25h	1 ex.

P.S: Não foram encontradas obras do gênero nas seguintes bibliotecas: Setorial (CCHLA-UFRN), Núcleo de História (CCHLA-UFRN) e Hemeroteca de Comunicação Social (Setor V-UFRN).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ANTUNES, Fátima M. R. Ferreira. O futebol nas fábricas. **REVISTA USP: dossiê futebol**, São Paulo, n.22, p.102-109. 1994.
- BALLOUSIER, Marco André. O centenário de uma paixão brasileira. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, ano 20, n.184, p.8-11(suplemento), abr. 1995.
- BARROS, Luiz Edgard de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.
- BRESSAN, Serge. O jogo dos pontapés. **FRANÇA 98**, São Paulo, n.1, p.66-67, jun.1998.
- CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **REVISTA USP: dossiê futebol**, São Paulo, n.22, p.40-49. 1994.
- CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais**. 4.ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHIAVENATO, Júlio J. **O golpe de 64 e ditadura militar**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- CORRÊA, Lúcia H. Racismo no futebol brasileiro. In: DIEGUEZ, Gilda K(Org.). **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985. v.2. p.31-39.
- CRUZ, Eduardo Santa. Hacia dónde va nuestro fútbol? **Nueva Sociedad: fútbol y beisbol los jogos de las identidades**. Caracas: Ed. Texto, n 154, mar/abr. 1998.
- CRUZ, Mária C. **A repressão militar em Natal (1964-1971)**. Natal, 1997. 51p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio grande do Norte.
- DA MATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. **REVISTA USP: dossiê futebol**, São Paulo, n.22, p.10-17. 1994.
- FILGUEIRA NETO, José P. **Os esportes em Natal**. Natal: Cooperativa dos jornalistas do Natal – FENAT, 1991.

- FREITAS FILHO, Lauro. A cobertura esportiva no rádio e no jornal. In: DIEGUEZ, Gilda K. (Org.). **Esporte e poder**. Petropólis: Vozes, 1985. p.51-59.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- GARCIA, José A. **Gol de placa**: memórias esportivas. Natal: Clima, 1992.
- GONÇALVES, José E. Futebol e poder: algumas reflexões sobre o jogo da política. In: DIEGUEZ, Gilda K. (Org.). **Esporte e poder**. Petropólis: Vozes, 1985. p.20-30.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1990.
- HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massa no Brasil. Petropólis: Vozes, 1997.
- HERSCHMANN, Mical M.; LERNER, Kátia. O jogo e a construção da cidade à européia: o futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca. NETO, Antônio F.; BRAGA, José L.; PORTO, Sérgio D. **Brasil**: comunicação, cultura e política. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JULIÃO, José V.; SILVA, Manoel C. da. Rádio jornalismo esportivo no Rio Grande do Norte. Natal, 1983. 25p. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- LEVER, Janet. **A loucura do futebol**. São Paulo: Record, 1983.
- LYRA FILHO, João. **Introdução à Sociologia dos Desportos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX; Bloch, 1973. v.113, pub.436. (col. General Benício).
- LOPES, José S. Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **REVISTA USP**: dossiê futebol, São Paulo, n.22, p.64-83. 1994.
- _____. Fútbol y clases populares en Brasil. **Nueva Sociedad**: Fútbol y beisbol los juegos de las identidades. Caracas: Ed. Texto, n.154, mar/abr. 1998.
- MACHADO, João B. **Como se fazia governador durante o regime militar**: o ciclo biônico no RN (1970 a 1985). Natal: RN Econômico, 1995.
- _____. **Política no atacado e a varejo**: a memória republicana no RN. Natal: CERN, 1993.

- MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasil. Ed, 19--.
- MARQUES, Eric T. O tempo de colher. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, Brasília, ano 4, n.12, p.3-20. 1973.
- MAZZONI, Tomás. **História do futebol brasileiro**. São Paulo: Edições Leia, 1950.
- MILAN, Betty. **Brasil: o país da bola**. São Paulo: Best Editora, 1989.
- MONTENEGRO, Marcelo. Os anos de chumbo. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, ano 19, n.179, p.4-7, nov. 1994.
- MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 8.ed. São Paulo: Ática, 1991.
- NOSSO SÉCULO**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v.10.
- NETTO, Francisco I. Cavalcanti. **O golpe de 64 no Rio Grande do Norte**. Natal, 1997. 39p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- NUNES, Celso. Só o futebol une o país. **VEJA**, São Paulo, n.773, p.178, 28 de jun. 1983.
- NUNES, Marcomede R. Esporte: instrumento de dominação pedagógica. In: DIEGUEZ, Gilda K. (Org.). **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.69-77.
- PADILHA, Tarcísio M. **Brasil em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- PEDROSA, Milton (Org.). **O olho na bola**. Rio de Janeiro: Gol, 1968.
- PEREIRA, Lamartine. **Os esportes**. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: MEC, 1980.
- PLACAR TIRA-TEIRA**, São Paulo, n.1, nov.1998.
- RODRIGUES, Nelson. **A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RÓNAI, Paulo. O futebol na literatura brasileira. In: PEDROSA, Milton (Org.). **Gol de letra**. Rio de Janeiro: Gol, 1967.
- SALDANHA, João. **O futebol**. Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: INC-MEC, 1971. v.5 (Col. "Brasil Hoje", tudo o que o jovem deve saber sobre a realidade de seu país).
- _____, Bate-papo. In: DIEGUEZ, Gilda K. (Org.) **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.11-19.

- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____, Futebol, metrópoles e desatinos. **REVISTA USP**: dossiê futebol, São Paulo, n.22, p.30-37. 1994.
- SILVA, Edmilson O da. O esporte como filão publicitário. In: DIEGUEZ, Gilda K. (Org.). **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.40-50.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria C. Ribas. **Os Presidentes**: Emílio Médici. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SOUZA, Ovídio S. Educação Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, Brasília, ano 4, n.12, p.82-87. 1973.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1978.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 26.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VOGELIN, Eric. **A nova consciência política**. 2.ed. Brasília: EdUnB, 1982.
- ZAMORA, Pedro. **A hora e a vez de João Saldanha**. Rio de Janeiro: Gol, 1969.

FONTES

- A REPÚBLICA. Natal, jun/jul. 1972.
- DIÁRIO DE NATAL. Natal, maio/jul, set. 1972.
- REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Brasília, ano 4, n.12. 1973.
- RN ECONÔMICO, Natal. 1970-1973.
- TRIBUNA DO NORTE, Natal, maio-jul. 1972.